



Relatório de Governança Corporativa | 01.2026

Relatório Trimestral de Governança Corporativa do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM de acordo com Manual do Pró-Gestão RPPS versão 4.0

Superintendente:

João Batista de Santiago

Chefe de Gabinete:

Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo

Membros do Controle interno:

Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo

Consuelo Pereira dos Santos

Ricardo Quilles de Oliveira

Áreas Participantes:

Coordenadoria de Administração e Finanças

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional

Coordenadoria de Gestão de Benefícios

Coordenadoria de Gestão de Investimentos

Assessoria Técnica Previdenciária



Sumário

1. Introdução	3
1.1 Apresentação.....	3
1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA	8
2. Plano anual de trabalho	8
3. Gestão dos investimentos	15
4. Evolução da situação atuarial	26
5. Dados dos segurados	42
6. Receitas e despesas.....	44
7. Atividades dos órgãos colegiados.....	50
8. Atividades institucionais.....	54
8.1 Gestão orçamentária e financeira	54
8.2 Gerenciamento dos contratos	62
8.3 Gestão do site da transparência.....	66
8.4 Gestão do passivo Judicial.....	67
9. Canais de atendimento	69
10. Considerações finais.....	73



1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Previdência Municipal de São Paulo é a autarquia responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de São Paulo. Sua atividade principal consiste na análise, administração, manutenção e concessão dos benefícios previdenciários dos servidores, bem como dos seus respectivos pagamentos. A missão e a visão do Instituto estão descritas a seguir.

Missão do Instituto: “Garantir os benefícios previdenciários, de forma justa e digna, aos servidores públicos municipais e seus dependentes de direito, além de zelar pela governabilidade, solidariedade e sustentabilidade financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo”

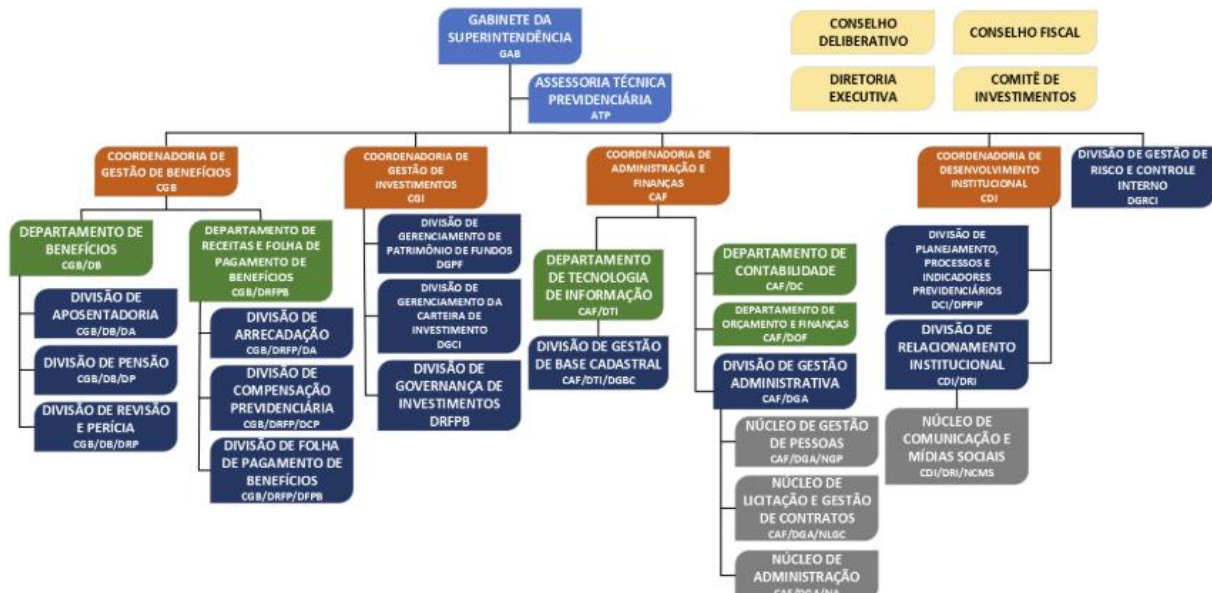
Visão: “Ser a instituição de referência na gestão de sistemas previdenciários”.

Valores: “Manter um relacionamento proativo, transparente, ético e de parceria com segurados e beneficiários, garantindo atendimento eficiente e eficaz. Promover melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Buscar o aprimoramento, a atualização e racionalização dos processos e ferramentas de trabalho, bem como fomentar um ambiente organizacional justo, solidário, produtivo e eficiente. Manter a tradição inovadora do Instituto, a partir de evolução contínua e sustentável em prol dos segurados e seus dependentes de direito”



Para cumprir sua missão, o Instituto conta com uma estrutura organizacional representada no organograma a seguir:

Estrutura Organizacional do IPREM



De acordo com o Decreto nº 62.556/2023 e Portarias IPREM nº 16/2024 e nº 61/2025

A estrutura organizacional facilita o entendimento dos processos e viabiliza uma adequada segregação de atividades, evitando que um único agente tenha autoridade completa sobre parcela significativa de determinada transação, reduzindo assim os riscos envolvidos.

Ademais, do ponto de vista da governança, é possível visualizar na estrutura a presença dos órgãos colegiados, que assumem as responsabilidades pela gestão da organização. Segue uma breve descrição das responsabilidades dos presentes na estrutura organizacional do IPREM:

- O **Conselho Deliberativo** é o órgão responsável por deliberar sobre as diretrizes estratégicas do Instituto. Além disso, compete a esse colegiado monitorar os trabalhos do Superintendente, atuando como elo entre este e os segurados do RPPS. A existência do Conselho Deliberativo



é um dos pilares da governança corporativa e está voltado ao alcance da máxima transparência e segurança das decisões.

- O **Conselho Fiscal** é parte integrante do sistema de governança, atuando de forma independente, fora da linha decisória. Tem como objetivo examinar, acompanhar e fiscalizar a administração do RPPS, no que tange aos seus deveres legais, de controles internos e *compliance*, conforme descrito em regimento específico.
- O **Comitê de Investimentos** é um órgão permanente de assessoramento e consulta, participante do processo decisório relativo à formulação, execução e avaliação da política de investimentos. Compete-lhe, ainda, avaliar as proposições de alterações relevantes na alocação de recursos a serem apresentadas aos órgãos deliberativos.
- A **Diretoria Executiva** é o órgão de administração com a finalidade de executar as políticas e diretrizes previdenciárias do Município de São Paulo, disseminar uma sólida cultura organizacional e constante valorização dos funcionários, proteger e valorizar o patrimônio, buscando o constante aprimoramento e traçando diretrizes para organização.

No 1º trimestre de 2026 a composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Comitê de Investimentos e da Diretoria Executiva dentro desta estrutura organizacional do IPREM era a seguinte:



CONSELHO DELIBERATIVO

Membros	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Everaldo Guedes de Azevedo França*	Indicado	Titular
Lisandra Cristiane Gonçalves	Indicada	Titular
Marcelo Gonzalez	Indicado	Titular
Fabricio Augusto dos Santos Reis	Indicado	Titular
Leticia Grisolio Dias	Eleita	Titular
Rafael Rodrigues Aguirrezabal	Eleito	Titular
Ejivaldo do Espírito Santo	Eleito	Titular
Rosana Capputi Borges	Eleita	Titular
Ricardo Figueiredo Veiga	Eleito	Suplente
Eni Pereira de Souza	Eleita	Suplente
Luis Martins Guerra	Eleito	Suplente
Mario de Assis Gonzaga	Eleito	Suplente

*Presidente do Conselho Deliberativo.

CONSELHO FISCAL

Membros	Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Luiz Antonio Carvalho Pacheco	Indicado	Titular
Juarez Nunes Mota	Indicado	Titular
Maria Izabel Canavese	Indicada	Titular interina
Izabella Neves Tominaga*	Eleita	Titular
Paulo Silvio Ferreira	Eleito	Titular
Dalva de Oliveira Limite	Eleita	Titular
Aldo Cuomo	Eleito	Suplente
Marcos Antônio Gomes de Freitas	Eleito	Suplente

*Presidente do Conselho Fiscal.



COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Membros	Gestor, Eleito ou Indicado	Titular ou Suplente
Henrique de Castilho Pinto *	Indicado	Titular
Adolfo Cascudo Rodrigues	Indicado	Titular
Clodoaldo Pelissioni	Indicado	Titular
Max da Silva Bandeira	Indicado	Titular
Rosistér Fatima Vaz Oliveira	Indicada	Titular

*Presidente do Comitê de Investimentos.

DIRETORIA EXECUTIVA

Membro	Titular ou Suplente
Márcia Regina Ungarette	Titular
Ana Paula Rezzutti Rossi Figueiredo	Titular
Fabiana Nunes de Almeida	Titular
Valéria Aparecida Catossi Madeira	Titular
Fabio Luiz Vieira de Souza	Substituto
Andrey Vital Teodoro	Substituto

No âmbito dessa estrutura organizacional, voltada à operacionalização de seus processos, o IPREM contava, em março de 2026, com 103 (cento e três) servidores. O quadro a seguir apresenta a distribuição desses servidores por tipo de vínculo:

QUADRO DE PESSOAL IPREM	
DESCRIÇÃO DO VÍNCULO	QUANTIDADE
SERVIDORES EFETIVOS	58
SERVIDORES EXCLUSIVAMENTE OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO	37
SERVIDORES ADMITIDOS - LEI Nº 9.160/80	1
SERVIDORES REQUISITADOS (OUTROS ÓRGÃOS DA PMSP)	7
TOTAL	103

* Considerando o total de servidores, 5 estão cedidos para outros órgãos, sendo 4 Efetivos e 1 Admitido (3-TCMSP e 2-CMSP).

** Requisitados: 3-SF, 1-SEGES, 1-SVMA, 1-SMADS, 1-SMUL



No 1º trimestre de 2026, o Instituto registrou a perda de dois servidores efetivos, sendo um em decorrência de pedido de exoneração e outro por aposentadoria. Ressalta-se, ainda, que o Instituto conta atualmente com 13 (treze) servidores efetivos em abono de permanência.

1.2 OBJETIVO E PERÍODO DE ABRANGÊNCIA

O principal objetivo do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM-SP na elaboração do presente Relatório é apresentar as diversas informações gerenciais listadas abaixo, além de ser uma das exigências para manutenção da certificação do Programa Pró-Gestão RPPS.

- os dados dos segurados, receitas e despesas;
- evolução da situação atuarial;
- gestão dos investimentos;
- publicação das atividades dos órgãos colegiados;
- atividades institucionais (gestão de pessoal, gestão orçamentária e financeira, gerenciamento dos contratos, entre outros);
- canais de atendimento.

O período de abrangência deste documento é o **1º trimestre de 2026**, em conformidade com as disposições do Manual de Pró-Gestão RPPS, no nível IV de aderência (versão 4.0, publicada em 04/02/2026), bem como com os princípios da governança corporativa.

Para a concepção deste relatório foi realizada a análise de documentos e de informações prestadas pelos colaboradores e dirigentes do Instituto sobre a operacionalização e o processo decisório ocorridos no período de janeiro a março de 2026.

2. PLANO ANUAL DE TRABALHO



Para o exercício de 2026, o IPREM, por intermédio da Divisão de Planejamento, Processos e Indicadores Previdenciários (DPPIP), promoveu a otimização e a integração das metas institucionais, anteriormente dispersas, passando a organizá-las e consolidá-las de forma estruturada, o que possibilitou o aprimoramento do **Planejamento Estratégico e Executivo 2026 – 2030**.

Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa interna por meio ferramenta Google Forms, contendo questões estruturadas com base na matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças), amplamente utilizada em gestão, planejamento e governança. Paralelamente, a DPPIP conduziu uma pesquisa criteriosa acerca das metas estabelecidas no **Plano Plurianual (PPA)**, com vistas a assegurar sua adequada incorporação ao Planejamento Estratégico e Executivo 2026 - 2030. Com base na consolidação dessas informações, a DPPIP procedeu à análise dos resultados e à definição de metas estratégicas alinhadas às diretrizes e prioridades estabelecidas pela Alta Administração.

Após a realização dessas duas etapas (análise estratégica baseada na matriz FOFA e levantamento detalhado das metas do PPA), bem como a consolidação das sugestões decorrentes dos apontamentos da Alta Administração, a DPPIP organizou e apresentou o material consolidado em reunião específica. O encontro teve por objetivo a análise das metas desenvolvidas e a sugestão quanto àquelas que integrariam as **Metas BR (Bonificação por Resultados)**, a serem encaminhadas à Secretaria Municipal de Gestão (SEGES). Durante a reunião, a Alta Administração identificou a necessidade de revisão de duas metas previstas no PPA, vinculadas à Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB) e à Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI). A solicitação para a alteração desses dois indicadores do PPA foi encaminhada à Secretaria Municipal de Planejamento e Eficiência (SEPLAN) no início de março, não havendo, até o momento, manifestação por parte daquele órgão.

As metas foram estruturadas seguindo o modelo de desdobramento em cascata, de acordo com a metodologia OKR (metodologia de gestão voltada à definição e acompanhamento de Objetivos e Resultados-chave), assegurando o alinhamento entre os diferentes níveis de planejamento institucional.



Nesse formato, partem inicialmente da **Diretriz Estratégica**, definida para o período de 2026 a 2030, a qual orienta a **Diretriz Executiva**, estabelecida em base anual, culminando nos **Resultados-Chave**, também definidos anualmente, que viabilizam o acompanhamento e a mensuração do desempenho institucional.

As metas aprovadas pela Diretoria Executiva são as seguintes:

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 2026 - 2030

As metas assinaladas com o símbolo de estrela (*) correspondem às metas previstas no Plano Plurianual (PPA).

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
★ DEO 1	Cruzamento total da base dos pensionistas x SIRC (Casamento) / Declaração de Família	Periodicidade de cruzamento das bases Histórico: Em 2025 foram realizados 3 batimentos. Proposta para os próximos anos: 2026: 4 batimentos 2028: 7 batimentos 2029: 9 batimentos	A extinção de benefícios no tempo adequado evita que ocorram pagamentos extemporâneos e as suspensões de pagamento perdurem no tempo evitando uma recuperação rápida para os pagamentos indevidos e a cessação do pagamento da compensação previdenciária entre regimes. Redução da inadimplência na restituição de benefícios pagos após eventos de extinção, redução dos encargos referentes a multas por recebimentos de compensação previdenciária de benefícios após eventos de extinção.	CGB	O indicador considera a temporalidade e dos cruzamentos	Número (Quantidade de batimentos por ano)	Binário (sim ou não)	Não	4 anos	Relatório de Cruzamento das Bases	Sustentabilidade (PPA)

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
DEO 2	Projeto Banco de Indicadores IPREM (Implementação da Centralização dos Indicadores)	Cumprimento das fases do projeto do banco de indicadores	Com a consolidação e padronização dos indicadores, a DPPIP, passa ser um apoio estratégico para a alta liderança na tomada de decisão. O banco de indicadores, proporcionará uma visão geral do desempenho do Instituto, direcionando as ações por ordem de importância e criticidade.	CDI - DPPIP	A DPPIP passa a ser a guardiã dos indicadores, de forma a criar um fluxo padronizado, com prazos estabelecidos para a manutenção e publicação das informações.	Atingimento 100%	Binário (sim ou não)	Não	5 anos	Banco de indicadores	Governança

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
DEO 3	Programa de Sucessão (Retenção de Conhecimento)	(Nº de processos documentados / Total de processos críticos identificados) x 100	A perda de capital intelectual é um dos riscos estratégicos mais sensíveis em instituições com alta rotatividade. Esta meta visa institucionalizar o saber prático, transformando o conhecimento tácito dos servidores em situações diversas. O Programa de Sucessão proporciona que a transição geracional ou a saída de técnicos seja de forma temporária ou definitiva mitigue a paralisação operacional ou perda de eficiência nos processos em geral.	CDI - DPPIP	O indicador mensura o nível de segurança institucional em relação à retenção de conhecimento, verificando quanto das atividades vitais do IPREM já possuem salvaguardas documentais e seus respectivos sucessores	Percentual (%)	Maior é melhor	Sim (todas as coordenadorias do IPREM)	5 anos	Inventário de Processos Críticos do IPREM e Manuais de Procedimento e Operacionais Padrão (POP)	Governança

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
★ DEO 4	Número de fundos de investimento imobiliário constituídos	Soma de fundos de investimento imobiliário constituídos	Decreto nº 64.169 e Decreto nº 64.170, de 16 de abril de 2025, PdM 25-29 - 122 - Constituir dois fundos imobiliários com propriedades da Prefeitura, para reduzir o déficit previdenciário municipal. A criação dos fundos está prevista na Emenda 41/2021 à Lei Orgânica como medida para geração de receitas, equacionamento do déficit previdenciário e fortalecimento da sustentabilidade financeira do Instituto de Previdência Municipal (IPREM).	CGI	Este indicador mede a quantidade de FIs constituídos.	Unidade	Maior é melhor	Sim	4 anos	Registro Formal junto a CVM e Regulamento do Fundo Aprovado e protocolado	Sustentabilidade (PPA)

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
★ DEO 5	Percentual de cumprimento da meta atuarial dos Fundos de Previdência Municipais (FUNFIN e FUNPREV)	Porcentagem alcançada acima da Meta Atuarial, definida anualmente, para cada um dos Fundos de Previdência Municipais (FUNFIN e FUNPREV). 2026: 5% 2027: 6% 2028: 7% 2029: 8%	A gestão de investimentos dos recursos previdenciários visa garantir liquidez e rentabilidade adequada para pagamento dos benefícios previdenciários no momento certo, assim as aplicações devem considerar o tempo que recurso poderá ficar aplicado e o risco que pode ser exposto sem prejudicar a solvência e a liquidez (gestão eficiente da carteira de investimentos). A ação resultará em aumento da geração de receitas, equacionamento do déficit previdenciário e fortalecimento da sustentabilidade financeira do Instituto de Previdência Municipal (IPREM)	CGI	O indicador considera a porcentagem de rentabilidade alcançada em relação a meta atuarial definida anualmente na avaliação atuarial	Percentual	Maior é melhor	Não	4 anos	Planilha demonstrando o cálculo	Sustentabilidade (PPA)



DIRETRIZES EXECUTIVAS E RESULTADOS-CHAVE (ANUAL)

As metas assinaladas com o símbolo de cifrão (\$) correspondem às que compõem as Metas BR (Bonificação por Resultados).

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
\$	Ampliação da verificação recorrente das bases para o combate a fraude e correto pagamento dos proventos aos beneficiários, incluindo os aposentados	Periodicidade mensal x quantidade constatada	Cruzamento DATAPREV. Pensão para fins de averiguar pagamento indevido ao pensionista que contraiu novo matrimônio. Cruzamento SPPREV APOSENTADORIA. Para fins de averiguar acumulação de benefícios para efeitos de teto constitucional, acúmulo de benefícios para aplicação de redutor (Art. 24 E.C. 103/2019) e concessões de benefícios indevidas de acordo com o tipo de aposentadoria concedida.	CGB	O indicador considera a totalidade de beneficiários verificados (óbito, casamento e união estável e acúmulo de benefícios - pensões) e (acumulados de benefícios e irregularidades da concessão - aposentadorias)	100% da base	Binário (sim ou não)	N/A	2026. Segregar o período por tipo de cruzamento	Cruzamentos de dados	Sustentabilidade

RC	O que será feito?	Por que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Onde será feito?	Como será feito?	Quanto vai custar?	Evidência	Pilar
RC-CGB-1	Batimento do relatório de casamentos recebidos pelo sistema DATAPREV, com a base de dados Pensão	Para identificação dos benefícios irregulares em combate a fraude	CAF/DTI	Mensal	Cruzamento em planilhas excel	Cruzamento das bases de dados já informadas, considerando o corte da data de início do benefício x data do casamento, após identificação intrusão processual para extinção do benefício (Divisão Revisão/Pensão/Folha e Arrecadação)	Previsto em contrato já celebrado com a empresa.	Cruzamento de dados	Sustentabilidade
RC-CGB-2	Cruzamento das bases entre os entes SPPREV e IPREM	Para identificar possíveis benefícios irregulares seja na questão de pagamento ou própria concessão	CAF/DTI	Trimestral	Compartilhamento de pasta FTP	Mediante disponibilização de base dos beneficiários pela SPPREV, apontada a irregularidade após identificação intrusão processual para ajuste ou extinção do benefício (Divisão Revisão/Pensão/Folha e Arrecadação)	Sem custo adicional	Cruzamento de dados	Sustentabilidade

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
\$	Panela integrada para Centralização dos indicadores previdenciários estratégicos, contemplando indicadores críticos, operacionais e gerenciais da Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB) do IPREM	Cumprimento da 1ª fase. Estruturação do painel e mapeamento dos indicadores críticos	A meta avalia a conclusão da primeira etapa do projeto, que exige três entregas principais: <ul style="list-style-type: none"> Lista dos indicadores críticos identificados; Documento explicando como cada indicador é calculado e de onde vêm os dados; Estopo visual (rascunho/layout) do painel desenhado e validado. 	DPPIP	Dar o passo inicial na criação do painel integrado para estruturar a governança dos dados. A partir do mapeamento feito nesta fase, a DPPIP assume o papel de guardião dos indicadores, criando a base para um fluxo padronizado, com regras e prazos estabelecidos para a futura manutenção e atualização das informações	N/A	Binário (sim ou não)	N/A	2026	Panela de indicadores	Governança

RC	O que será feito?	Por que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Onde será feito?	Como será feito?	Quanto vai custar?	Evidência	Pilar
RC-CDI-1	Iniciar o mapeamento dos indicadores da CGB	As áreas ganharão uma unidade de tratamento de indicadores, que auxiliará no acompanhamento dos resultados.	DPPIP	2026	Form, Bizagi, Canva e ferramentas Microsoft	Por meio de entrevistas, reuniões e registros com a área.	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Formulários e mapas de processos	Governança
RC-CDI-2	Criação do procedimento operacional e cronograma de recebimento dos dados	Para garantir que a atualização do painel não dependa de cobranças informais. A criação do procedimento operacional e do cronograma estabelece responsabilidades claras para quem fornece as informações, transformando o envio de dados em um processo oficial, previsível e padronizado sob a gestão da DPPIP.	DPPIP	2026	Canva, Outlook e Intranet (Sharepoint)	Reunião de trabalho DPPIP	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Procedimento Operacional e Cronograma	Governança

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
\$	Implementação do Programa de Capacitação Contínua	(Total de cursos planejados / Total de realizados por servidores ativos) x 100	Ano passado foi desenvolvido a base de controle e o relatório gerencial para que neste ano de 2026 pudéssemos ter o controle efetivo do que foi planejado x realizado.	CAF	O indicador mensura a intensidade do investimento institucional no desenvolvimento das competências dos servidores, avaliando a média de tempo dedicado por cada colaborador ao aperfeiçoamento técnico e comportamental.	Percentual (%)	Maior é melhor	Sim (ao longo do exercício)	Início 2026, com ciclos anuais (Meta: Attingir 85% do planejado)	Base de controle, Relatório Gerencial (dash), certificados emitidos e registros de treinamentos internos.	Gestão de Pessoas



RC	O que será feito?	Por que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Onde será feito?	Como será feito?	Quanto vai custar?	Evidência	Pilar
RC-CAF-1	Consolidação das sugestões dos cursos enviadas pelas áreas e comunicação do plano	Para que tenhamos o controle e a base do planejado	CAF - NGP	1º trimestre	Excel, Intranet, E-mail	Consolidação do plano	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Plano construído e ata	Gestão de Pessoas
RC-CAF-2	Criação de fluxo de procedimento para gerenciamento executivo do plano de capacitação	Para padronização do procedimento e controle das informações de forma agil	CAF - NGP	1º quadrimestre	Word, Canva, Bizagi	Estruturação e consolidação através de ITR (Instrução de Trabalho)	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Fluxo e ITR (Instrução de Trabalho)	Gestão de Pessoas
RC-CAF-3	Report mensal do desempenho do plano comparado ao realizado	Para garantir o comprometimento das áreas com o plano de desenvolvimento dos servidores, assegurando a padronização das competências técnicas necessárias para manter a qualidade e a eficiência do fluxo de trabalho em todas as	CAF - NGP	Mensalmente	Excel, Power BI, E-mail	Por meio de painel gerencial	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Painel gerencial e o report	Gestão de Pessoas

DEO	Ação Estratégica	Fórmula de Cálculo	Nota Técnica	Responsável	Conceito	Unidade de Medida	Polarização	Valor Cumulativo	Prazo	Evidência	Pilar
DEO 3.2	Programa de Sucesso (Retenção de Conhecimento) iniciando pela CGB	(Nº de processos críticos documentados / Total de processos críticos identificados) x 100	A Coordenadoria de Gestão de Benefícios é responsável por atividades chave do IPREM, sendo de extrema importância que as informações/processos sejam documentadas para repasse de conhecimento.	CDI - DPPIP	O indicador mensura o nível de segurança institucional em relação à retenção de conhecimento, verificando quanto das atividades vitais da CGB já possuem salvaguardas documentais e seus respectivos sucessores	Atingimento 100%	Binário (sim ou não)	Não	12/2026	Inventário de Processos Críticos do IPREM e Manuais de Procedimentos Operacionais Padrão (POF)	Governança

RC	O que será feito?	Por que será feito?	Por quem será feito?	Quando será feito?	Onde será feito?	Como será feito?	Quanto vai custar?	Evidência	Pilar
RC-CDI-1	Criação do plano de ação para consolidação dos processos críticos iniciando pela CGB	O plano de ação servirá como roteiro para o mapeamento dos processos críticos e formalização por meio de manuais de procedimentos.	CDI - DPPIP	1º quadrimestre	Canva, GôMind, Planner	Execução do plano de ação	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Plano de ação	Governança
RC-CDI-2	Mapeamento e documentação dos processos críticos CGB	Garantir a retenção do capital intelectual no instituto, reduzindo a dependência de indivíduos específicos e acelerando a curva de aprendizado em processos de capacitação.	CDI - DPPIP	Anual	Bizagi, Word, Intranet	Conforme descrito no plano de ação dos processos críticos	Salário dos colaboradores envolvidos (sem custo adicional)	Mapa dos processos e manuais validados pela DPPIP	Governança

As metas previstas no Plano Plurianual (PPA), intituladas “Cruzamento total da base dos pensionistas x SIRC (Casamento) / Declaração de Família” e “Percentual de cumprimento da meta atuarial dos Fundos de Previdência Municipais (FUNFIN e FUNPREV)”, foram objeto de solicitação de alterações, conforme apontamentos realizados pela Alta Administração.

As Metas BR (Bonificação por Resultados), “Ampliação da verificação recorrente das bases para o combate à fraude e para o correto pagamento dos proventos aos beneficiários, incluindo os aposentados” e “Painel Integrado para Centralização dos Indicadores Previdenciários Estratégicos, contemplando indicadores críticos, operacionais e gerenciais da Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB) do IPREM”, foram submetidas à análise do comitê responsável no âmbito da Secretaria Municipal de Gestão (SEGES).

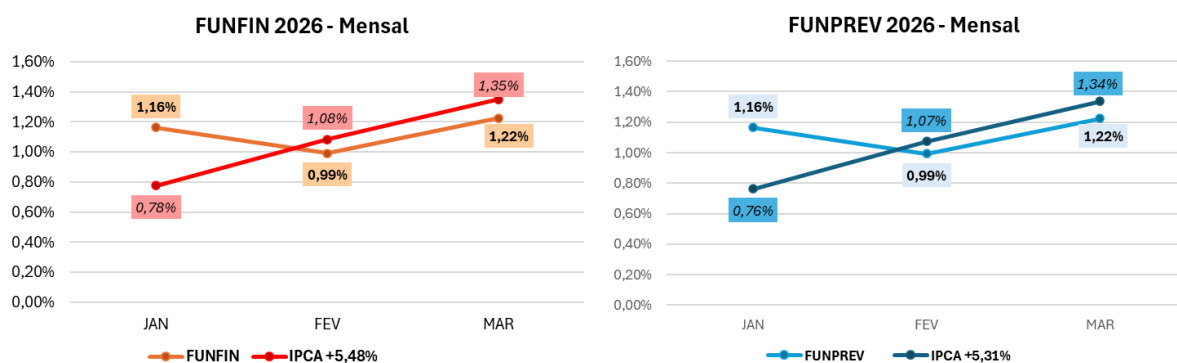


Todas as metas acima apresentadas foram aprovadas na Reunião Ordinária da Diretoria Executiva (DIREX), realizada em 12 de março de 2026.

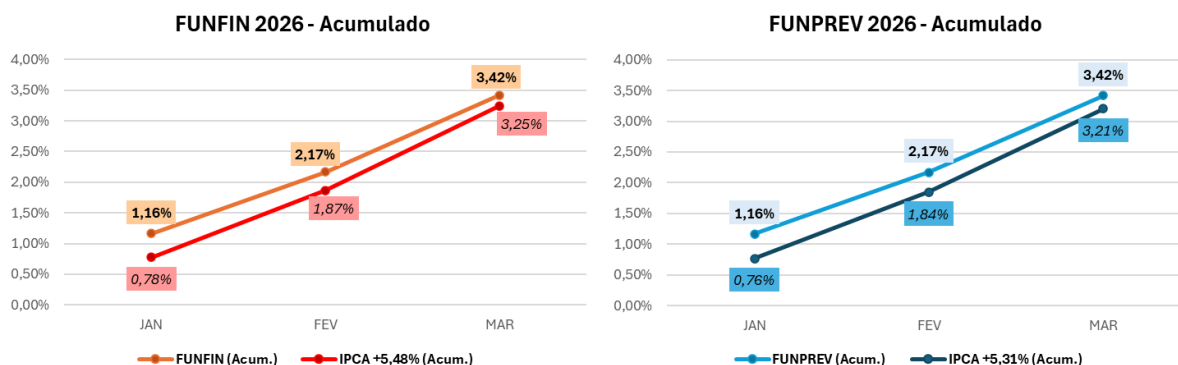
Após a aprovação e implementação das devidas alterações nas metas do PPA, a DPPIP procederá ao encaminhamento para apreciação do Conselho Deliberativo, bem como dará continuidade ao acompanhamento e publicação mensal da execução das metas pelas áreas responsáveis do IPREM.

Resultados do 1º trimestre - Investimentos DEO 5

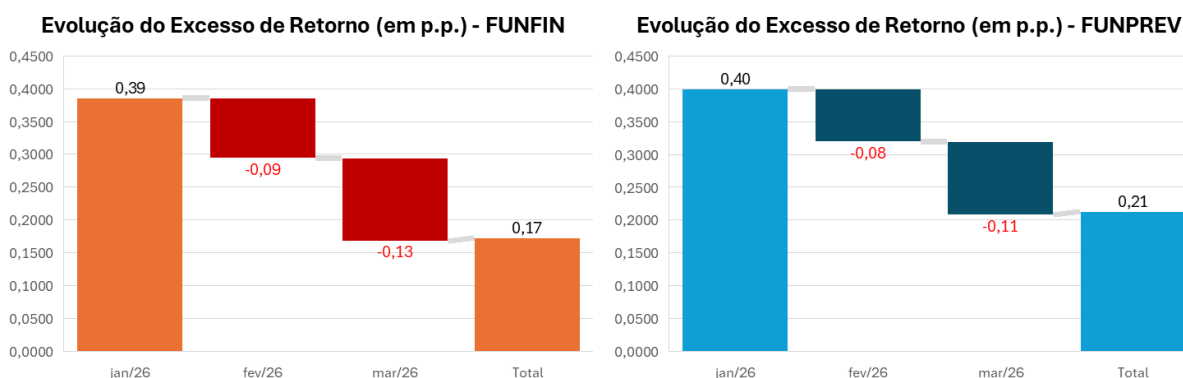
Os gráficos de **Rentabilidade Mensal** apresentam a comparação entre o desempenho das carteiras (FUNFIN e FUNPREV) e suas metas atuariais (respectivamente: IPCA +5,48% e IPCA +5,31%), que é o retorno necessário para garantir o pagamento dos benefícios no futuro. A meta atuarial, em sua essência, é anual, no entanto, para facilitar o seu acompanhamento ela é convertida em valor *pro rata* mensal.



Por sua vez, os gráficos de **Rentabilidade Acumulada** mostram a progressão de desempenho destes resultados ao longo do ano. Cabe ressaltar que as projeções para o final do ano ainda apontam para um resultado anual suficiente para manter a rentabilidade das carteiras acima da meta atuarial – a qual, novamente ressalta-se, de fato, é medida anualmente.



Em paralelo, os gráficos de **Evolução de Excesso de Retorno** mostram a diferença entre a rentabilidade efetiva das carteiras e a rentabilidade *pro rata* da meta atuarial por mês, permitindo comparar de forma direta quão além ou aquém da meta atuarial está o resultado das carteiras mês a mês. Em suma, quando o resultado da carteira fica acima da meta, o valor é positivo; quando fica abaixo, o valor é negativo. Assim, o excesso de retorno acumulado no trimestre se manteve superior ao resultado do cálculo pro rata da meta atuarial.



Ao longo do primeiro trimestre de 2026, em alinhamento à Política de Investimentos do RPPS, a rentabilidade das carteiras do RPPS (FUNFIN e FUNPREV) seguiram de maneira próxima à rentabilidade do CDI. Historicamente, o primeiro trimestre do ano costuma apresentar uma inflação ligeiramente superior aos demais. De um lado, nos meses de fevereiro e março o cálculo *pro rata* da meta atuarial anual apresentou resultado pontualmente superior ao das carteiras do RPPS. Por sua vez, o resultado de janeiro superou sobremaneira o cálculo *pro rata*



da meta atuarial e, como observado no gráfico de Evolução do Excesso de Retorno, foi o diferencial para garantir que as carteiras estivessem a par e superassem este *benchmark* no acumulado do trimestre.

Por fim, as tabelas de **Resultado Trimestral** apresentam o indicador Carteira/Benchmark, expresso em percentual, que demonstra o quanto da meta atuarial anual foi efetivamente alcançado por cada carteira (FUNFIN e FUNPREV) até o respectivo trimestre.

Resultado Trimestral - FUNFIN	
FUNFIN	3,42%
Benchmark (IPCA + 5,48%)	3,25%
FUNFIN / Benchmark	105,31%¹

Resultado Trimestral - FUNPREV	
FUNPREV	3,42%
Benchmark (IPCA + 5,31%)	3,21%
FUNPREV / Benchmark	106,64%²

3. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de São Paulo são geridos de acordo com diretrizes específicas, em conformidade com normativas vigentes e boas práticas de governança. A principal orientação provém da Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025³, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Além disso, as operações seguem os comandos estabelecidos pela Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022⁴, consolidando as normativas específicas para os RPPS.

Paralelamente, o Município de São Paulo adota os princípios e postulados delineados no Manual do Pró Gestão RPPS, do Ministério da Previdência Social (MPS), sob a Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC),

¹ O cálculo *pro rata* de percentual de atingimento do Resultado Trimestral foi apurado considerando seis casas decimais, a saber: FUNFIN = 3,418597% e *benchmark* (IPCA + 5,48%) = 3,246181%.

² O cálculo *pro rata* de percentual de atingimento do Resultado Trimestral foi apurado considerando seis casas decimais, a saber: FUNPREV = 3,418597% e *benchmark* (IPCA + 5,31%) = 3,205877%.

³ <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5272>

⁴ <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/9PortariaMTPn1.467de02jun2022Atualizadaat3jun2024.pdf>



especificamente no Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS).

Além de aderir a essas orientações externas, o Município estabelece requisitos internos robustos. Isso inclui procedimentos detalhados para o credenciamento de agentes intervenientes, garantindo que apenas profissionais qualificados participem das decisões relacionadas aos recursos do RPPS.

O controle dos investimentos é conduzido com rigor, incorporando práticas de custódia qualificada e um sistema de monitoramento contínuo com mecanismos de dupla checagem, além de metodologia própria para gestão dos riscos na dimensão financeira, especialmente de crédito, mercado e liquidez.

Essa abordagem visa aprimorar a segurança e eficiência na gestão dos ativos previdenciários. Em relação à divulgação e transparência, o Município mantém consistência nos relatórios de governança e informes sobre a carteira de investimentos, evitando assimetria informacional bem como de fatos e dados, tendo como fonte única tais informes.

Além disso, são adotadas práticas rigorosas de auditoria interna e externa, garantindo que todas as operações sejam realizadas conforme as normativas vigentes e boas práticas de mercado. A comunicação clara e periódica com os *stakeholders* é priorizada, assegurando que todas as partes interessadas tenham acesso a informações precisas e atualizadas sobre a performance dos investimentos.

Como complemento, o Relatório de Governança Corporativa (RGC) do primeiro trimestre de 2026, conforme elaborado pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI) do IPREM, destaca a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. O relatório evidencia a conformidade das operações com a Política de Investimentos vigente, a atenção aos riscos fiscais e internacionais, e a eficácia das políticas adotadas para garantir a rentabilidade dos ativos previdenciários. Ademais, o RGC enfatiza a importância da gestão prudente e estratégica dos recursos, seguindo normativas específicas e boas



práticas de governança, para assegurar a sustentabilidade financeira dos fundos e o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais.

A seguir, apresenta-se o resumo das informações acerca do cenário econômico mundial, assim como os resultados da Carteira de Investimentos do IPREM relativos ao primeiro trimestre do exercício de 2026.

Panorama Macroeconômico

O primeiro trimestre de 2026 foi marcado por eventos econômicos significativos tanto no cenário externo quanto no doméstico, associados a um cenário de incerteza geopolítica. Neste contexto, os EUA foram um grande pivô da volatilidade global: em janeiro, com a intervenção militar na Venezuela para a captura de Nicolás Maduro; em fevereiro e março, com o lançamento de operações conjuntas com Israel contra o Irã, que, conseqüentemente, resultou no fechamento do Estreito de Ormuz e na disparada dos preços do petróleo Brent para patamares de US\$ 120 por barril. Economicamente, o *Federal Reserve* (FED) manteve a taxa de juros no intervalo de 3,50~3,75% ao ano (a.a.). A decisão do colegiado considerou seus dois mandatos: (i) a inflação, através do núcleo do PCE, que atingiu 3,1% no acumulado em 12 meses; e, (ii) o mercado de trabalho, que exibiu sinais mistos, culminando no fechamento de 92 mil postos de trabalho em fevereiro. Ademais, conforme o mandato de Jerome Powell, como presidente do FED, se encaminha para o fim, o mercado projetava expectativas para que Kevin Warsh assumisse o cargo.

Por sua vez, a China adotou uma postura de pragmatismo econômico ao estabelecer uma meta de crescimento do PIB entre 4,5~5,0%, o patamar que surpreende por ser o mais baixo desde 1991, sinalizando uma transição para fontes de expansão mais sustentáveis enquanto lida com a deflação persistente e o encolhimento do setor imobiliário. Para sustentar a atividade, o Banco Central da China (PBoC) manteve as taxas de juros em mínimas históricas de 3,00%. No âmbito financeiro, o país continuou expandindo suas reservas de ouro para reduzir a dependência do dólar, sendo amplamente associados à onda



especulativa que gerou volatilidade nos preços de metais preciosos em fevereiro. Geopoliticamente, Pequim reagiu às pressões comerciais dos EUA iniciando investigações sobre práticas americanas, ao mesmo tempo em que garantiu sua segurança energética durante o fechamento do Estreito de Ormuz, utilizando uma "frota paralela" para importar petróleo iraniano com desconto.

Na Europa, uma das pautas do trimestre foi o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul, que avançou significativamente no início de 2026, após anos de planejamento. A maioria dos membros do bloco votou a favor da criação de uma das maiores áreas de livre comércio do planeta. Por outro lado, a região enfrentou instabilidade nas relações com os EUA, marcada por ameaças de tarifas de até 25% e tensões sobre o controle da Groenlândia. No âmbito econômico, enquanto o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de juros estável em 2%, o continente foi duramente atingido pelo conflito no Oriente Médio, que provocou um choque energético com o disparo de mais de 80% nos preços do gás natural após a suspensão de exportações pelo Catar. Esse cenário resultou na revisão das projeções de inflação para cima (2,6%) e do crescimento do PIB da Zona do Euro para baixo (1,0%), elevando o risco real de recessão na região.

Por fim, no cenário doméstico, foi divulgado um crescimento de 2,3% no PIB em 2025, demonstrando moderação gradual, embora os setores de Agropecuária e Indústria Extrativa tenham apresentado desempenho mais robusto, beneficiados pela demanda externa e pela valorização das *commodities*. No trimestre, também se destacaram os resultados do mercado de trabalho, o qual encerrou o período com taxas de desocupação em níveis historicamente baixos e rendimento médio real recorde.

A política monetária passou por um momento de inflexão, com o COPOM iniciando o ciclo de cortes na taxa SELIC, saindo de 15,00% para 14,75% a.a. em março. O movimento já era antecipado pelo mercado, com ajustes pontuais nas expectativas ao longo do trimestre: inicialmente, esperava-se um corte de 0,50 p.p., mas as projeções foram frustradas pelos conflitos geopolíticos, bem como seu impacto nas expectativas de inflação. No trimestre, o IPCA, principal índice de inflação, acumulou variação de 1,91%, e o IGP-M, índice associado aos contratos de



aluguel, variou 0,19%. No âmbito da renda fixa, o CDI – que balizou as aplicações do RPPS no período, em concordância com sua Política de Investimentos – rendeu 3,41% no trimestre, contribuindo para que as carteiras do RPPS superassem suas respectivas metas atuariais.

No mercado financeiro, o trimestre foi de forte valorização dos ativos domésticos, com o Ibovespa acumulando alta de 16,35% no período e alcançando recordes sucessivos acima dos 190 mil pontos, impulsionado por um ingresso líquido recorde de capital estrangeiro. O real demonstrou força significativa, com o dólar comercial recuando para o patamar de R\$ 5,15 favorecido pelo diferencial de juros ainda elevado e pela busca de investidores globais por mercados emergentes subprecificados.

Evolução da rentabilidade de indicadores financeiros em 2026

Os valores exibidos estão em Real (BRL).

Renda Fixa	Jan/26	Fev/26	Mar/26	1º Tri/26
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	3,41%
IMA-B	1,00%	1,79%	0,17%	2,98%
IMA-B 5	1,20%	1,22%	1,39%	3,87%
IMA-B 5+	0,84%	2,24%	-0,78%	2,29%
IMA-S	1,18%	1,01%	1,27%	3,49%
IRF-M	1,96%	0,99%	-0,59%	2,36%
Poupança	0,67%	0,62%	0,67%	1,98%
Selic	1,16%	1,00%	1,21%	3,41%
Renda Variável				
Ibovespa	12,56%	4,09%	-0,70%	16,35%
IBRA	12,53%	4,11%	-0,84%	16,16%
ICON	7,27%	3,08%	-5,39%	4,62%
IDIV	10,56%	4,38%	-0,23%	15,13%
IFIX	2,27%	1,32%	-1,06%	2,52%
IMOB	12,22%	8,09%	-9,36%	9,95%
ISE	9,90%	3,72%	-2,39%	11,26%
SMLL	10,15%	1,88%	-5,77%	5,75%
Moedas				
Criptomoeda Bitcoin (R\$)	-7,84%	-23,60%	4,25%	-26,59%
Dólar	-4,95%	-1,54%	1,36%	-5,14%
Dólar (Comercial)	-4,32%	-2,17%	1,05%	-5,41%
Euro	-3,83%	-2,29%	-1,12%	-7,07%
Inflação				
IGP-M	0,41%	-0,73%	0,52%	0,19%
IPCA	0,33%	0,70%	0,88%	1,91%

Fonte: Quantum Axis⁷ – Elaborada por CGF⁸



Portfólio

O Fundo Previdenciário (FUNPREV) e o Fundo Financeiro (FUNFIN) são compostos por ativos acumulados para garantir o custeio dos benefícios previdenciários dos servidores municipais de São Paulo. Estes fundos são regulamentados pelo Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022.

De acordo com o Relatório Gerencial de março de 2026, o **FUNPREV** finalizou o semestre com um saldo aplicado de R\$ 2.660.737.671,27, onde o Ativo BB Referenciado DI representa a totalidade do valor aplicado da carteira. A carteira obteve um ganho financeiro de R\$ 90.485.419,10 ao longo do trimestre, equivalente à rentabilidade de 3,42% (100,19% do CDI no período). Ademais, soma-se à posição aplicada do FUNPREV, o seu saldo em caixa de R\$ 1.819,07, no fechamento do trimestre.

A evolução dos retornos do FUNPREV em comparação com outros índices de janeiro a março de 2026 foi a seguinte:

- O retorno do CDI, no semestre, foi de 3,41% – ligeiramente abaixo da rentabilidade da carteira do FUNPREV;
- O retorno do Índice IPCA +5,31 (ao ano), no trimestre, foi de 3,21%. Dessa forma, no cálculo *pro rata* do período, os rendimentos da carteira de investimentos ficaram 0,21% acima da taxa atuarial.

Da mesma forma, a análise do respectivo Relatório Gerencial de março de 2026 demonstra que o **FUNFIN** possui um saldo aplicado de R\$ 497.318.218,72, onde o Ativo BB Referenciado DI representava a totalidade do valor aplicado da carteira. A aplicação obteve ganho financeiro de R\$ 15.201.425,84 ao longo do trimestre, o equivalente à rentabilidade de 3,42% (100,19% do CDI no período). Ademais, soma-se à posição aplicada do FUNFIN, no fechamento do ano, o seu saldo em caixa de R\$ 542,86.

A evolução dos retornos do FUNFIN em comparação com outros índices de janeiro a março de 2026 foi a seguinte:

- O retorno do CDI, no semestre, foi de 3,41% – ligeiramente abaixo da rentabilidade da carteira do FUNFIN;



- O retorno do Índice IPCA +5,48 (ao ano), no trimestre, foi de 3,25%. Dessa forma, no cálculo pro rata do período, os rendimentos da carteira de investimentos ficaram 0,17% acima da taxa atuarial.

Enquadramento – Consolidado

	LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 5.272/2025			NÍVEL III		POSIÇÃO ATUAL DA CARTEIRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026		
	ARTIGO	% Por item	% Por Artigo	% Por item	% Global		Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
RENDIA FIXA	Art. 7º, I	100%	100%	100%		0%	0%	15%	100%
	Art. 7º, II	100%		100%		100%	0%	70%	100%
	Art. 7º, III	100%		100%		0%	0%	10%	100%
	Art. 7º, IV	5%		5%		0%	0%	5%	5%
	Art. 7º, V	80%		80%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VI	20%		20%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VII	20%		20%	35%	0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, VIII	20%		20%		0%	0%	0%	0%
	Art. 7º, IX	20%		0%		0%	0%	0%	0%
EXTERIOR	Art. 9º, I	10%	10%	10%	10%	0%	0%	0%	0%
	Art. 9º, II	10%		10%		0%	0%	0%	0%
	Art. 9º, III	10%		10%		0%	0%	0%	0%
RENDIA VARIÁVEL	Art. 8º, I	40%	50%	40%	50%	0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, II	40%		40%		0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, III	10%		10%		0%	0%	0%	0%
	Art. 8º, IV	10%		10%		0%	0%	0%	0%
ESTRUTURADOS	Art. 10, I	15%	20%	15%	50%	0%	0%	0%	0%
	Art. 10, II	5%		5%		0%	0%	0%	0%
	Art. 10, III	10%		0%		0%	0%	0%	0%
	Art. 10, IV	10%		0%		0%	0%	0%	0%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	Art. 11	20%	20%	20%		0%	0%	* 100%	* 100%
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	Art. 12	10%	10%	10%		0%	0%	0%	10%

* = Art. 11, § 3º Os limites previstos nesta Resolução não se aplicam às cotas de FII que sejam integralizadas, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, por imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social.



A seguir, apresentam-se os resultados da carteira de investimentos do IPREM:

Carteira - FUNFIN (Financeiro)

Saldo Aplicado: R\$ 497.318.218,72

Caixa: R\$ 542,86

Consolidada | Portfólio Consolidado por Enquadramento

Data base: 31/03/2026

Ativos por Enquadramento	Saldo Bruto 31/12/2025	Movimentação	Saldo Bruto 31/03/2026	Previsão IOF + IR	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Artigo 7º, Inciso I	R\$ 464.330.152,79	R\$ 17.786.640,08	R\$ 497.318.218,72	R\$ 0,00	R\$ 497.318.218,72	100,00%	R\$ 15.201.425,84	3,42%	-
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 464.330.152,79	R\$ 17.786.640,08	R\$ 497.318.218,72	R\$ 0,00	R\$ 497.318.218,72	100,00%	R\$ 15.201.425,84	3,42%	112.538.268,88
Saldo Aplicado	R\$ 464.330.152,79	R\$ 17.786.640,08	R\$ 497.318.218,72	R\$ 0,00	R\$ 497.318.218,72	100,00%	R\$ 15.201.425,84	-	-
Caixa	R\$ 2.720,64	R\$ -2.177,78	R\$ 542,86	-	R\$ 542,86	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 464.332.873,43	R\$ 17.784.462,30	R\$ 497.318.761,58	R\$ 0,00	R\$ 497.318.761,58	100,00%	R\$ 15.201.425,84	-	-

FIGURA 1. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – FUNFIN

Retornos | Rentabilidade

Data base: 31/03/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	01/01/2026 31/03/2026
FUNFIN	1,16%	0,99%	1,22%	3,42%
% do Índice IPCA+5,48%	149,72%	91,49%	90,67%	105,31%
CDI	1,16%	1,00%	1,21%	3,41%
Índice IPCA+5,48%	0,78%	1,08%	1,35%	3,25%

	VaR (95%)				Sharpe				Volatilidade (%)			
	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026
FUNFIN	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	9,73	-9,32	-1,26	2,47	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%

FIGURA 2. ÍNDICES E RENTABILIDADE – FUNFIN

Análise de Liquidez

Data base: 31/03/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 497.318.218,72	100,00%	R\$ 497.318.218,72	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 497.318.218,72	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 497.318.218,72	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 497.318.218,72	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 497.318.218,72	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 497.318.218,72	100,00%



FIGURA 3. ANÁLISE DE LIQUIDEZ – FUNFIN

Gerencial			Movimentação		Performance	
					Benchmark: Índice IPCA+5,48%	
Saldos	31/12/2025	31/03/2026		01/01/2026 31/03/2026		01/01/2026 31/03/2026
Carteira de Ativos	R\$ 464.330.152,79	R\$ 497.318.218,72	Quantidade de Cotas Subscritas	7.200.058,59	Retorno da Cota	3,42%
Patrimônio Líquido	R\$ 464.332.873,43	R\$ 497.318.761,58	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 1.078.742.621,55	Retorno do Benchmark	3,25%
Quantidade de Cotas	3.168.087,14	3.280.994,34	Quantidade de Cotas Resgatadas	7.087.151,39	Excesso de Retorno	0,17%
Valor Cota	R\$ 146,57	R\$ 151,58	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 1.060.958.159,25	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ 827.140,60

FIGURA 4. SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA – FUNFIN

Carteira - FUNPREV (Previdenciário)

Saldo Aplicado: R\$ 2.660.737.671,27

Caixa: R\$ 1.819,07

Consolidada | Portfólio Consolidado por Enquadramento

Data base: 31/03/2026

Ativos por Enquadramento	Saldo Bruto 31/12/2025	Movimentação	Saldo Bruto 31/03/2026	Previsão IOF + IR	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Artigo 7º, Inciso I	R\$ 2.734.042.402,17	R\$ -163.790.150,00	R\$ 2.660.737.671,27	R\$ 0,00	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%	R\$ 90.485.419,10	3,42%	-
BB TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 2.734.042.402,17	R\$ -163.790.150,00	R\$ 2.660.737.671,27	R\$ 0,00	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%	R\$ 90.485.419,10	3,42%	602.099.018,68
Saldo Aplicado	R\$ 2.734.042.402,17	R\$ -163.790.150,00	R\$ 2.660.737.671,27	R\$ 0,00	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%	R\$ 90.485.419,10	-	-
Caixa	R\$ 9.876,36	R\$ -8.057,29	R\$ 1.819,07	-	R\$ 1.819,07	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 2.734.052.278,53	R\$ -163.798.207,29	R\$ 2.660.739.490,34	R\$ 0,00	R\$ 2.660.739.490,34	100,00%	R\$ 90.485.419,10	-	-

FIGURA 5. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – FUNPREV

Retornos | Rentabilidade

Data base: 31/03/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	01/01/2026 31/03/2026
■ FUNPREV	1,16%	0,99%	1,22%	3,42%
% do Índice IPCA +5,31%	152,37%	92,48%	91,64%	106,64%
■ CDI	1,16%	1,00%	1,21%	3,41%
■ Índice IPCA +5,31%	0,76%	1,07%	1,34%	3,21%

	VaR (95%)				Sharpe				Volatilidade (%)			
	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026
■ FUNPREV	0,01%	0,00%	0,00%	0,01%	9,73	-9,32	-1,26	2,47	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%

FIGURA 6. ÍNDICES E RENTABILIDADE – FUNPREV



Análise de Liquidez

Data base: 31/03/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 2.660.737.671,27	100,00%

FIGURA 7. ANÁLISE DE LIQUIDEZ – FUNPREV

Gerencial

Data base: 31/03/2026

Saldos		Movimentação		Performance		
	31/12/2025	31/03/2026		01/01/2026 31/03/2026	Benchmark: índice IPCA +5,31%	
Carteira de Ativos	R\$ 2.734.042.402,17	R\$ 2.660.737.671,27	Quantidade de Cotas Subscritas	8.648.558,26	Retorno da Cota	3,42%
Patrimônio Líquido	R\$ 2.734.052.278,53	R\$ 2.660.739.490,34	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 1.314.011.343,87	Retorno do Benchmark	3,21%
Quantidade de Cotas	18.398.123,90	17.312.926,76	Quantidade de Cotas Resgatadas	9.733.755,40	Excesso de Retorno	0,21%
Valor Cota	R\$ 148,60	R\$ 153,69	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 1.477.809.551,16	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ 6.190.182,70

FIGURA 8. SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA – FUNPREV

Carteira - IPREM (Fundo Administrativo)

Saldo Aplicado: R\$ 164.942,00

Caixa: R\$ 0,00

Consolidada | Portfólio Consolidado por Enquadramento

Data base: 31/03/2026

Ativos por Enquadramento	Saldo Bruto 31/12/2025	Movimentação	Saldo Bruto 31/03/2026	Previsão IOF + IR	Saldo Líquido 31/03/2026	% do Portfólio	Ganho Financeiro	Rentabilidade	Quantidade
Artigo 7º, Inciso I	R\$ 158.936,44	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	100,00%	R\$ 6.005,56	3,78%	-
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 151.582,54	R\$ 0,00	R\$ 157.343,56	R\$ 0,00	R\$ 157.343,56	95,39%	R\$ 5.761,02	3,80%	4.867,13
BB MILÊNIO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	R\$ 7.353,90	R\$ 0,00	R\$ 7.598,44	R\$ 0,00	R\$ 7.598,44	4,61%	R\$ 244,54	3,33%	4.529,71
Saldo Aplicado	R\$ 158.936,44	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	100,00%	R\$ 6.005,56	-	-
Caixa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	R\$ 0,00	0,00%	-	-	-
Saldo Total	R\$ 158.936,44	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	R\$ 0,00	R\$ 164.942,00	100,00%	R\$ 6.005,56	-	-

FIGURA 9. PORTFÓLIO CONSOLIDADO – IPREM



Retornos | Rentabilidade

Data base: 31/03/2026

	jan/26	fev/26	mar/26	01/01/2026 31/03/2026
■ IPREM	1,18%	1,19%	1,36%	3,78%
% do CDI	101,30%	119,33%	112,38%	110,74%
■ CDI	1,16%	1,00%	1,21%	3,41%

	VaR (95%)				Sharpe				Volatilidade (%)			
	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026	mar/26	fev/26	jan/26	01/01/2026 31/03/2026
■ IPREM	1,47%	0,37%	0,51%	0,94%	0,56	3,39	0,17	0,75	3,10%	0,79%	1,08%	1,98%

FIGURA 10. ÍNDICES E RENTABILIDADE – IPREM

Contribuição de Performance | Contribuição por Ativo

Data base: 31/03/2026

Contribuição por Ativo	jan/26	fev/26	mar/26	01/01/2026 31/03/2026
Artigo 7º, Inciso I				
BB IMA-B 5 RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	1,13%	1,14%	1,31%	3,62%
BB MILÊNIO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	0,05%	0,05%	0,05%	0,15%
IPREM				
IPREM	1,18%	1,19%	1,36%	3,78%

FIGURA 11. CONTRIBUIÇÃO DE PERFORMANCE POR ATIVO – IPREM

Análise de Liquidez

Data base: 31/03/2026

Prazo (dias)	Saldo Bruto	% por prazo	Saldo Bruto Acumulado	% Acumulado
0 a 1	R\$ 164.942,00	100,00%	R\$ 164.942,00	100,00%
2 a 30	-	-	R\$ 164.942,00	100,00%
31 a 120	-	-	R\$ 164.942,00	100,00%
121 a 360	-	-	R\$ 164.942,00	100,00%
361 a 720	-	-	R\$ 164.942,00	100,00%
Acima 720	-	-	R\$ 164.942,00	100,00%

FIGURA 12. ANÁLISE DE LIQUIDEZ – IPREM



Gerencial

Data base: 31/03/2026

Saldos			Movimentação		Performance	
	31/12/2025	31/03/2026		01/01/2026 31/03/2026		Benchmark: CDI 01/01/2026 31/03/2026
Carteira de Ativos	R\$ 158.936,44	R\$ 164.942,00	Quantidade de Cotas Subscritas	0,00	Retorno da Cota	3,78%
Patrimônio Líquido	R\$ 158.936,44	R\$ 164.942,00	Valor das Cotas Subscritas	R\$ 0,00	Retorno do Benchmark	3,41%
Quantidade de Cotas	1.044,41	1.044,41	Quantidade de Cotas Resgatadas	0,00	Excesso de Retorno	0,37%
Valor Cota	R\$ 152,18	R\$ 157,93	Valor das Cotas Resgatadas	R\$ 0,00	Ganho Financeiro acima do Benchmark (d)	R\$ 582,53

FIGURA 13. SALDOS, MOVIMENTAÇÃO, PERFORMANCE E CAIXA – IPREM

Comentários finais

Os resultados apurados no primeiro trimestre de 2026 demonstram que, mesmo sob premissas conservadoras estabelecidas na Política de Investimentos, a carteira administrada apresentou desempenho superior à meta atuarial no período analisado. Esse resultado foi impulsionado, sobretudo, pelo cenário de política monetária restritiva e pelo nível da taxa SELIC, cujo ciclo de cortes se iniciou em março, mas ainda se mantém em patamares altos (14,75% a.a.), o que favoreceu os segmentos de renda fixa indexados a taxas pós fixadas.

4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

O estudo atuarial foi realizado durante o 1º trimestre de 2026, com data-base em 31/12/2025.

O Relatório de Avaliação Atuarial foi elaborado pela consultoria atuarial contratada e entregue à Secretaria de Regime Próprio e Complementar em março de 2026.

Os Relatórios Ordinários de Avaliação Atuarial são feitos anualmente, de forma a serem mensuradas as variações nas hipóteses, conforme premissas atuariais, nos dados do período. Eles têm por objetivo mensurar o grau de solvência econômico-financeira necessário para manter os benefícios de natureza previdenciária devidos aos servidores públicos efetivos e seus respectivos dependentes, qualificados na forma da Legislação vigente, cabendo o estudo da sua



dimensão e do seu comportamento ao longo do período de 75 (setenta e cinco) exercícios.

A partir de 2022, devido à Emenda à Lei Orgânica do Município nº 41, de 18 de novembro de 2021, e ao Decreto nº 61.151, de 18 de março de 2022, passaram a existir dois fundos segregados: o Fundo Financeiro (FUNFIN) e o Fundo Previdenciário (FUNPREV). Conseqüentemente, passaram a ser elaborados dois Relatórios de Reavaliação Atuarial, um para cada fundo.

A seguir, será apresentada a evolução dos dados atuariais que contemplam os dados estatísticos dos segurados, benefícios, base de cálculo e contribuição previdenciária e hipóteses.

SEGURADOS

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, são considerados segurados os servidores em atividade “que sejam servidores públicos titulares de cargo efetivo, membros da magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Contas de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações” e são considerados beneficiários “os segurados aposentados e os pensionistas amparados em RPPS”.

Para fins deste Relatório, a partir deste ponto, o termo “segurados” será utilizado de forma abrangente para se referir tanto aos segurados em atividade quanto aos beneficiários.

Os segurados são divididos em três categorias: servidores ativos, aposentados e pensionistas.

O Quadro 1 e o Gráfico 1 mostram a evolução da quantidade de segurados por categoria e por fundo.

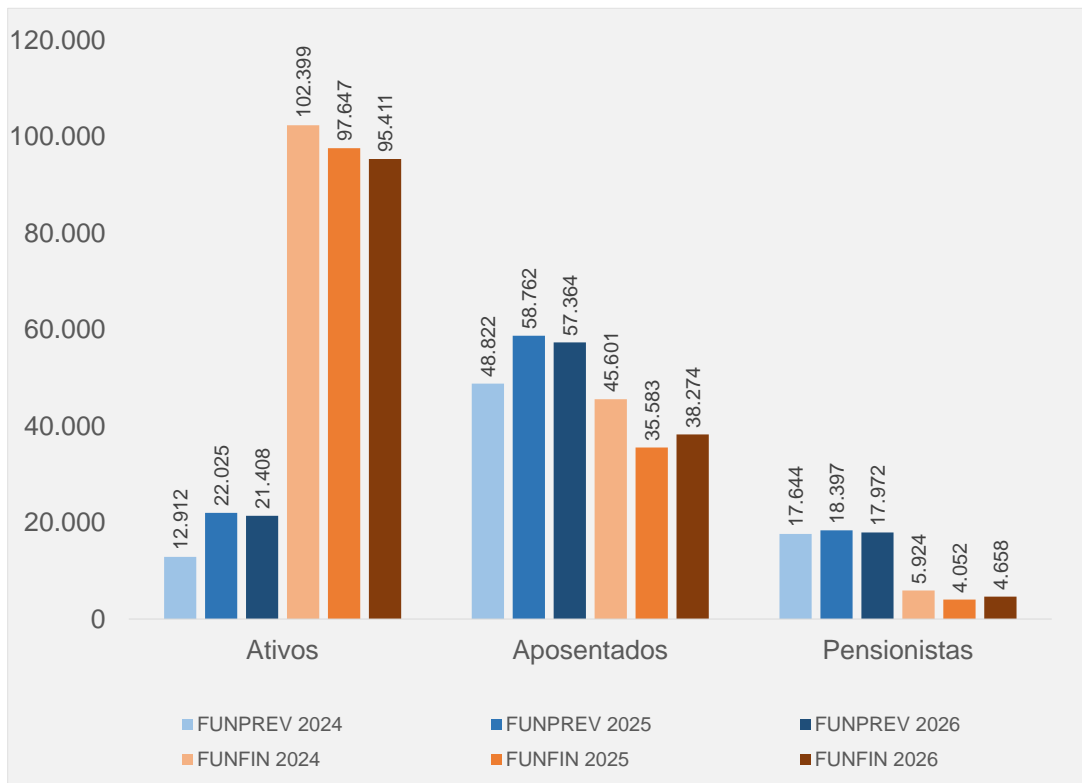


Quadro 1 – Quantidade de segurados por categoria e por fundo

CATEGORIA	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ativos	12.912	22.025	21.408	102.399	97.647	95.411
Aposentados	48.822	58.762	57.364	45.601	35.583	38.274
Pensionistas	17.644	18.397	17.972	5.924	4.052	4.658
Total	79.378	99.184	96.744	153.924	137.282	138.343

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2023, 2024 e 2025.

Gráfico 1 – Quantidade de segurados por categoria e por fundo



Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

No **FUNPREV**, observa-se:



- entre os servidores ativos, crescimento expressivo em 2025 (70,6%), seguido de leve redução em 2026 (2,8%);
- entre os aposentados, elevação considerável em 2025 (20,4%), seguida de leve queda em 2026 (2,4%);
- entre os pensionistas, crescimento moderado em 2025 (4,3%) e pequena retração em 2026 (2,3%).

No **FUNFIN**, verifica-se:

- entre os servidores ativos, redução contínua (4,6% em 2025 e 2,3% em 2026);
- entre os aposentados, queda considerável em 2025 (22,0%), seguida de elevação em 2026 (7,6%);
- entre os pensionistas, forte queda em 2025 (31,6%) e aumento em 2026 (15,0%).

Considerando o total de segurados em cada fundo, constata-se:

- no FUNPREV, crescimento de 25,0% em 2025, seguido de redução de 2,5% em 2026;
- no FUNFIN, redução de 10,8% em 2025, com pequeno aumento (0,8%) em 2026.

Cabe destacar que boa parte da variação ocorrida entre 2024 e 2025 decorre da entrada em vigor do Decreto nº 64.144, de 1º de abril de 2025, que determinou a transferência de diversos segurados do FUNFIN para o FUNPREV.

De acordo com os critérios legais de enquadramento dos segurados nos fundos previdenciários, o FUNFIN não deveria receber novos integrantes. Observa-se, contudo, um aumento no número de segurados vinculados a esse fundo em 2026. Esse incremento decorre do fato de que, com a edição do Decreto Municipal nº 64.144/2025, que promoveu alterações nos critérios de segregação de massas, a consultoria aplicou às bases de dados os parâmetros de alocação previstos no decreto citado; na prática, porém, verificaram-se divergências entre o disposto na legislação e a efetiva alocação dos segurados nos fundos. Na



Avaliação Atuarial de 2026, por sua vez, foram considerados os dados que refletem a vinculação real dos segurados — ou seja, os fundos para os quais estes efetivamente contribuem.

O aumento observado no FUNFIN, portanto, não representa a entrada de novos segurados, mas sim uma correção na fonte de dados utilizada, que alinhou os estudos atuariais à realidade.

Vale destacar que a classificação inicial dos segurados em cada fundo é realizada pelas respectivas Unidades de Recursos Humanos, e que o IPREM tem atuado no monitoramento dessas alocações e tem apontado eventuais divergências.

BENEFÍCIOS

O Quadro 2 e o Gráfico 2 exibem o custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo. Os custos apurados estão apresentados por tipo de benefício e são aqueles que o regime de previdência necessita pagar aos seus segurados. Os valores representam os custos dos benefícios do plano. Para efeito de cálculo do custo, os benefícios dos aposentados e pensionistas foram considerados pelos valores líquidos, ou seja, deduzidos das contribuições que deverão aportar ao regime de previdência.

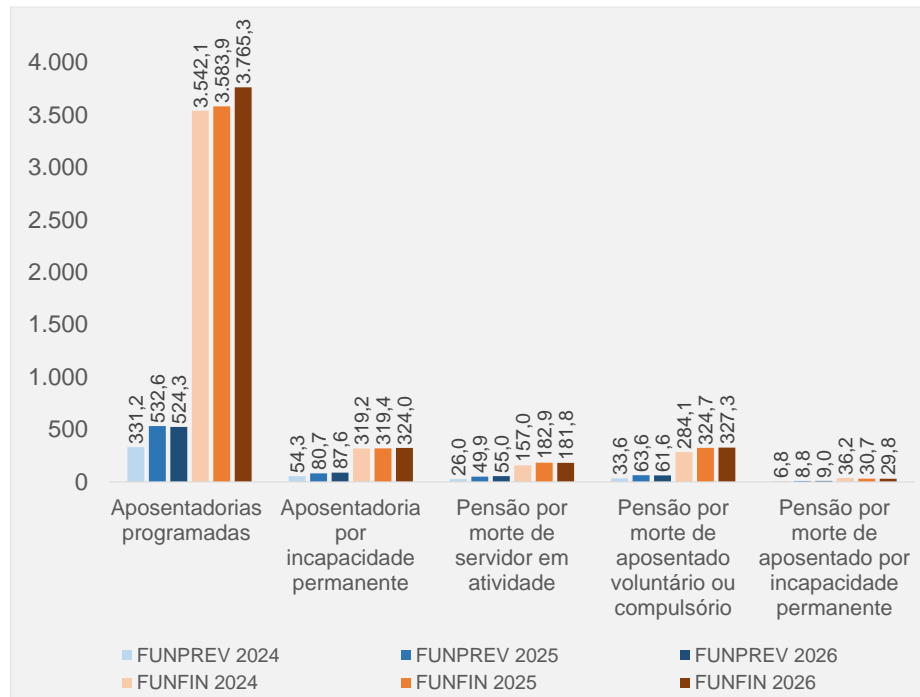


Quadro 2 – Custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo (em R\$ milhões)

BENEFÍCIO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Aposentadorias programadas (por idade, por tempo de contribuição ou compulsória)	331,2	532,6	524,3	3.542,1	3.583,9	3.765,3
Aposentadoria por incapacidade permanente	54,3	80,7	87,6	319,2	319,4	324,0
Subtotal Aposentadorias (A)	385,5	613,3	611,9	3.861,3	3.903,3	4.089,3
Pensão por morte de servidor em atividade	26,0	49,9	55,0	157,0	182,9	181,8
Pensão por morte de aposentado voluntário ou compulsório	33,6	63,6	61,6	284,1	324,7	327,3
Pensão por morte de aposentado por incapacidade permanente	6,8	8,8	9,0	36,2	30,7	29,8
Subtotal Pensões (B)	66,4	122,2	125,6	477,2	538,3	538,9
Total	451,9	735,5	737,5	4.338,5	4.441,5	4.628,2

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Gráfico 4 – Custo anual previsto por tipo de benefício e por fundo (em R\$ milhões)



Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.



No **FUNPREV**, verifica-se:

- quanto às aposentadorias, crescimento significativo em 2025 (59,1%) e queda muito leve em 2026 (0,2%);
- quanto às pensões, aumento muito expressivo em 2025 (84,0%) e pequeno crescimento em 2026 (2,8%).

No **FUNFIN**, observa-se:

- quanto às aposentadorias, crescimento moderado e contínuo (1,1% em 2025 e 4,8% em 2026);
- quanto às pensões, elevação de 12,8% em 2025, seguida de quase estabilização em 2026 (aumento de 0,1%).

O crescimento expressivo dos custos de aposentadorias e pensões no FUNPREV em 2025 pode ser atribuído, em grande medida, ao Decreto Municipal nº 64.144/2025, uma vez que a transferência de vidas ocorreu majoritariamente de aposentados e de pensionistas vinculados a esses aposentados. Em 2026, os custos em ambos os fundos se mantiveram praticamente estáveis.

BASE DE CÁLCULO E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA ESPERADA

A base de cálculo corresponde ao somatório das remunerações de contribuição dos segurados. A remuneração de contribuição é o valor sobre o qual incide a alíquota de contribuição previdenciária.

O plano de custeio utilizado no cálculo da situação atuarial do RPPS é composto pelas seguintes alíquotas:

- a) 14% para os servidores ativos ingressantes até 27/12/2018, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- b) 14% para os servidores ativos ingressantes a partir de 28/12/2018, incidentes sobre a remuneração, limitada ao teto do



Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

- c) 14% para os aposentados e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede o salário-mínimo nacional;
- d) 28% para o Município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição ordinária, acrescida de 6% incidentes sobre a mesma base, a título de contribuição adicional, para os servidores cuja atividade ensejar a concessão de aposentadoria especial;
- e) 56% para o Município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição extraordinária, vigente até 30 de abril de 2029, aplicada apenas sobre a base de contribuição patronal referente aos servidores vinculados ao FUNPREV;
- f) os seguintes percentuais para o Município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição extraordinária, aplicada apenas sobre a base de contribuição patronal referente aos servidores vinculados ao FUNFIN: 8% até março de 2025; 1% de abril a dezembro de 2025; 4% em 2026; 5% em 2027; 6% em 2028 e 7% até abril de 2029.

Além das alíquotas listadas, há o aporte, no patrimônio do FUNPREV, do produto da arrecadação, pelo Município de São Paulo, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem, do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título (Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF), que vier a ser recebido desde 19 de março de 2022 até 31 de dezembro de 2055.

O Quadro 3 exhibe a evolução do valor anual da base de cálculo para a contribuição previdenciária, por categoria e por fundo.



Quadro 3 – Valor anual da base de cálculo para a contribuição previdenciária, por categoria e por fundo (em R\$ milhões)

CATEGORIA SUJEITA À CONTRIBUIÇÃO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ente Federativo	1.075,9	1.469,3	1.755,7	10.329,8	10.857,1	11.019,3
Ativos	1.075,9	1.469,3	1.755,7	10.329,8	10.857,1	11.019,3
Aposentados	4.634,1	4.677,6	5.994,0	5.655,4	5.927,2	5.020,5
Pensionistas	604,8	600,9	677,1	158,7	177,9	150,2

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

No **FUNPREV**, constata-se:

- quanto ao ente federativo e aos servidores ativos, aumento de 36,6% em 2025 e de 19,5% em 2026;
- quanto aos aposentados, aumento de 0,9% em 2025 e de 28,1% em 2026;
- quanto aos pensionistas, redução de 0,6% em 2025 e aumento de 12,7% em 2026.

No **FUNFIN**, verifica-se:

- quanto ao ente federativo e aos servidores ativos, aumento de 5,1% em 2025 e de 1,5% em 2026;
- quanto aos aposentados, aumento de 4,8% em 2025 e redução de 15,3% em 2026;
- quanto aos pensionistas, aumento de 12,1% em 2025 e redução de 15,6% em 2026.

Os dados revelam que o FUNPREV vive um ciclo de expansão contributiva, enquanto o FUNFIN apresenta sinais de estagnação e retração da base contributiva.



O Quadro 4 mostra a evolução do valor anual da contribuição previdenciária esperada, por categoria e por fundo. A contribuição esperada é calculada aplicando-se à base de cálculo a alíquota correspondente, de acordo com o plano de custeio.

Quadro 4 – Valor anual da contribuição previdenciária esperada, por categoria e por fundo (em R\$ milhões)

CATEGORIA SUJEITA À CONTRIBUIÇÃO	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Ente Federativo	301,3	411,4	491,6	2.892,4	3.040,0	3.085,4
Ativos	150,6	205,7	491,6	1.446,2	1.520,0	1.542,7
Aposentados	648,8	654,9	245,8	791,8	829,8	702,9
Pensionistas	84,7	84,1	839,2	22,2	24,9	21,0
Total	1.185,3	1.356,1	2.068,2	5.152,5	5.414,7	5.352,0

Fonte: Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial de 2023, 2024 e 2025.

Convém destacar que, embora o Município deva arcar com alíquota adicional de 6% para os servidores cujas atividades ensejam a concessão de aposentadoria especial, o cálculo apresentado considerou apenas a alíquota de 28%.

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais constituem as bases técnicas da avaliação atuarial de um plano de benefícios e contemplam o conjunto de proposições para os eventos biométricos, demográficos, econômicos e financeiros esperados para o período futuro considerado na avaliação atuarial. A comprovação da adequação das hipóteses atuariais à situação do plano de benefícios e da sua aderência às



características da massa de beneficiários do RPPS é feita a partir dos estudos técnicos de aderência das hipóteses atuariais.

Os Quadros 5, 6 e 7 apresentam as variações das hipóteses atuariais adotadas em cada estudo atuarial. As hipóteses foram segregadas em três grupos: econômicas e financeiras; demográficas; e biométricas.

Quadro 5 – Hipóteses econômicas e financeiras

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Projeção da taxa de juros real para o exercício	4,58% a.a.	4,66% a.a.	5,31% a.a.	4,82% a.a.	4,90% a.a.	5,48% a.a.
Projeção de crescimento real do salário	2,82% a.a.	3,01% a.a.	2,95% a.a.	2,71% a.a.	2,80% a.a.	2,79% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento	Sem crescimento
Projeção da taxa de inflação de longo prazo	3,55% a.a.	3,10% a.a.	3,50% a.a.	3,55% a.a.	3,10% a.a.	3,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários	0,9842	0,9861	0,9844	0,9842	0,9861	0,9844
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios	0,9842	0,9861	0,9844	0,9842	0,9861	0,9844

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.



Quadro 6 – Hipóteses demográficas

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Probabilidade de o titular ser casado	0,866	0,863	0,863	0,866	0,863	0,863
Diferença de idade entre titular masculino e cônjuge feminino	Cônjuge 3,1 anos mais jovem	Cônjuge 2,4 anos mais jovem	Cônjuge 2,3 anos mais jovem	Cônjuge 3,1 anos mais jovem	Cônjuge 2,4 anos mais jovem	Cônjuge 2,3 anos mais jovem
Diferença de idade entre titular feminino e cônjuge masculino	Cônjuge 2,4 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,4 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho	Cônjuge 2,2 anos mais velho
Data de entrada em aposentadoria programada	Diferimento de 5,10 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 4,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,10 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 4,90 anos em relação à primeira elegibilidade	Diferimento de 5,90 anos em relação à primeira elegibilidade
Projeção da taxa de rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
Tempo passado do servidor do sexo masculino, para efeito de compensação previdenciária	45,68% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	43,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	45,68% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	43,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,60% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse
Tempo passado do servidor do sexo feminino, para efeito de compensação previdenciária	36,19% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	39,50% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	38,00% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	36,19% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	39,50% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse	38,00% do tempo decorrido entre 18 anos e a idade na data de posse

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.



Quadro 7 – Hipóteses biométricas

HIPÓTESE	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Tábua de mortalidade de válidos	BR-EMSsb-v.2010, agravada em 38%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 49%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 46%	BR-EMSsb-v.2010, agravada em 38%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 49%	BR-EMSsb-v.2015, agravada em 46%
Tábua de mortalidade de inválidos	IBGE-2022	IBGE-2023	IBGE-2024	IBGE-2022	IBGE-2023	IBGE-2024
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte, suavizada em 78%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Light Forte, suavizada em 78%	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Dois aspectos merecem destaque:

a) trajetória crescente da projeção da taxa de juros real ao longo do período em ambos os fundos, o que indica expectativa de maior rentabilidade dos ativos previdenciários e de redução no valor presente das obrigações futuras;

b) aumento na expectativa de crescimento real dos salários em 2025, seguido de redução em 2026, em ambos os fundos. Essa hipótese afeta tanto a base de cálculo das contribuições previdenciárias quanto o valor dos benefícios a conceder.

SITUAÇÃO ATUARIAL

O Quadro 8 mostra a evolução da situação atuarial de cada fundo.



Quadro 8 – Situação atuarial de cada fundo (em R\$ bilhões)

RUBRICA	FUNPREV			FUNFIN		
	2024	2025	2026	2024	2025	2026
Aplicações financeiras e disponibilidades	1,1	1,9	2,7	0,5	0,4	0,5
Valor presente da monetização do IRRF	69,6	66,5	59,7	–	–	–
Ativos garantidores (A)	70,7	68,4	62,4	0,5	0,4	0,5
Valor presente dos benefícios futuros (benefícios concedidos)	63,0	76,7	72,4	92,5	74,4	75,7
Valor presente das contribuições futuras (benefícios concedidos)	7,2	8,9	8,3	11,2	9,0	9,1
Reserva matemática dos benefícios concedidos (B)	55,7	67,9	64,1	81,2	65,4	66,6
Valor presente dos benefícios futuros (benefícios a conceder)	5,9	9,5	8,8	69,8	67,3	72,4
Valor presente das contribuições futuras (benefícios a conceder)	7,6	15,7	14,4	47,8	46,2	52,1
Reserva matemática dos benefícios a conceder (C)	(1,7)	(6,3)	(5,6)	22,0	21,1	20,2
Compensação previdenciária a receber (D)	1,2	1,0	1,0	7,9	3,6	3,4
Resultado atuarial (A - B - C + D)	18,0	7,7	5,0	(94,7)	(82,5)	(82,9)

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2024, 2025 e 2026.

Os seguintes aspectos merecem destaque:



- a) a reserva matemática (passivo atuarial) dos benefícios concedidos apresentou, em todos os anos, em ambos os fundos, resultados positivos, o que indica que o valor presente das contribuições futuras não é suficiente para cobrir o valor presente dos benefícios futuros;
- b) a reserva matemática (passivo atuarial) dos benefícios a conceder apresentou, no FUNPREV, em todos os anos, resultados negativos, o que indica que o valor presente das contribuições futuras é suficiente para amortizar, e com relativa folga, o valor presente dos benefícios futuros — situação inversa à ocorrida no FUNFIN.

O FUNPREV apresentou superávit atuarial em todos os exercícios analisados, porém em trajetória de redução: 57,2% em 2025 e 35,1% em 2026. Apesar da redução no total das reservas matemáticas em 2026, o superávit no FUNPREV diminuiu. Essa situação decorre, principalmente, da redução dos ativos garantidores — impactados de forma significativa pela queda nos repasses provenientes da monetização do IRRF. Essa redução nos repasses está associada aos efeitos da Lei Federal nº 15.270/2025, que instituiu a isenção do imposto de renda para rendimentos mensais de até R\$ 5.000,00 e estabeleceu a redução gradativa da tributação para rendas de até R\$ 7.350,00.

O FUNFIN operou com déficit atuarial em todos os anos analisados. O déficit foi reduzido em 12,9% em 2025, mas sofreu pequeno aumento (0,5%) em 2026. Esse comportamento decorre do fato de que, no último exercício, os ativos garantidores, as reservas matemáticas e os valores estimados de compensação previdenciária sofreram apenas variações marginais, insuficientes para alterar de forma significativa o quadro atuarial do fundo.

Ressalta-se que o FUNFIN não recebe repasses referentes ao IRRF.

COMPARATIVO DE RECEITAS E DESPESAS ESTIMADAS E EXECUTADAS



O Quadro 9 exibe a evolução das receitas e despesas previdenciárias realizadas e estimadas do FUNPREV e do FUNFIN. Os valores estimados foram obtidos a partir dos Relatórios da Avaliação Atuarial, enquanto os valores executados foram extraídos dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária. O objetivo desse comparativo é avaliar a precisão das projeções atuariais, identificar possíveis desvios e subsidiar o aprimoramento do planejamento financeiro dos fundos.

Quadro 9 – Receitas e despesas previdenciárias realizadas e estimadas, por fundo
(em R\$ milhões)

RUBRICA	FUNPREV			FUNFIN		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Receitas previdenciárias (valor realizado)	1.936,3	2.546,7	3.185,3	6.669,6	6.940,8	6.282,6
Receitas previdenciárias (valor estimado)	1.933,8	1.958,7	3.264,3	5.761,4	6.100,7	5.487,1
Realizado/Estimado (%)	100,1%	130,0%	97,6%	115,8%	113,8%	114,5%
Despesas previdenciárias (valor realizado)	6.343,5	6.427,9	7.681,8	6.515,5	6.974,8	6.237,3
Despesas previdenciárias (valor estimado)	5.812,4	6.377,4	8.157,5	6.589,8	7.374,5	6.249,7
Realizado/Estimado (%)	109,1%	100,8%	94,2%	98,9%	94,6%	99,8%

Fonte: Relatórios da Avaliação Atuarial de 2023, 2024 e 2025 e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de 2023, 2024 e 2025.

O indicador Realizado/Estimado expressa a relação entre os valores efetivamente arrecadados ou pagos e aqueles previstos nos Relatórios da Avaliação Atuarial.

No caso do FUNPREV, observa-se alta volatilidade na capacidade de previsão. Quanto às receitas, a realização de arrecadação 30% acima do previsto em 2024 chama a atenção — indica erro relevante de projeção ou evento



extraordinário. Quanto às despesas, a volatilidade é menor, embora deva ser levada em consideração.

No caso do FUNFIN, a execução das receitas segue um padrão consistente: sempre entre 113% e 116% do valor previsto. Há maior previsibilidade (embora com viés de subestimação). Quanto às despesas, há uma execução sempre muito próxima do estimado, embora haja uma pequena tendência de realização abaixo do previsto.

Comentários finais

De modo geral, a análise evidencia dois comportamentos bastante distintos entre os fundos. O FUNPREV apresenta trajetória de expansão da base contributiva e manutenção de superávit atuarial, porém acompanhada de redução desse resultado e de maior volatilidade nas projeções, especialmente no que se refere às receitas. Já o FUNFIN mantém um quadro estruturalmente deficitário, com sinais de estagnação da base contributiva, mas com maior previsibilidade orçamentária. Essas diferenças refletem a natureza dos fundos após a revisão da segregação de massas, promovida pelo Decreto Municipal nº 64.144/2025, e a redução dos repasses de IRRF.

Em conjunto, os resultados apontam para a importância de fortalecer os mecanismos de monitoramento, qualificar as bases de dados e alinhar as premissas atuariais à dinâmica real dos fundos, de modo a garantir maior previsibilidade, transparência e sustentabilidade ao regime previdenciário no longo prazo.

5. DADOS DOS SEGURADOS

Ao final do 1º trimestre de 2026, o IPREM registrou um total de **237.230 (duzentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta)** segurados e beneficiários contribuintes, compreendendo servidores ativos, aposentados e pensionistas, distribuídos conforme demonstrado na tabela a seguir:

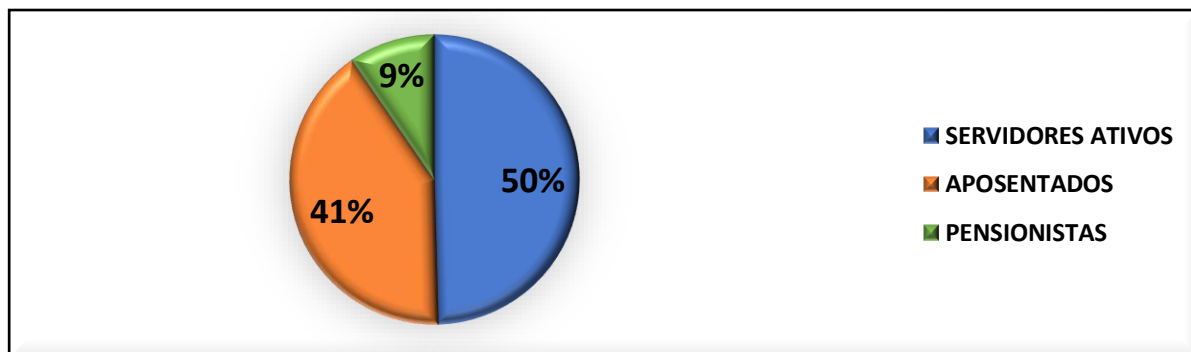


Demonstrativo da População de contribuintes do RPPS do 1º trimestre de 2026

	2º semestre 2025	1º trimestre de 2026	VARIAÇÃO
ATIVOS	118.101	116.721	-1,17%
INATIVOS	97.355	97.745	0,40%
PENSIONISTAS	22.770	22.764	-0,03%
TOTAL	238.226	237.230	-0,42%

Observa-se, no período analisado, uma redução no quantitativo de servidores ativos (-1,17%), acompanhada de um aumento no número de inativos (+0,40%), enquanto o contingente de pensionistas manteve-se praticamente estável.

Demonstrativo da População de contribuintes do RPPS do 1º trimestre de 2026



Fonte: Bases março/2026: Views Sigpec | Arquivo atuarial TCM março/2026| Arquivo atuarial CMSP dezembro/2025

O número total de segurados e beneficiários acima mencionados difere do quantitativo total informado no Relatório de Avaliação Atuarial referente às Estatísticas do universo de segurado e beneficiários do RPPS, que trata da Evolução da Situação Atuarial, em razão da Avaliação Atuarial mencionar os dados



da base da reavaliação de setembro de 2025 e o quantitativo neste item se referir ao mês de março de 2026.

No decorrer do 1º trimestre de 2026, foram concedidas 971 (novecentas e setenta e uma) aposentadorias e 294 (duzentos e noventa e quatro) pensões por morte, totalizando 1.265 (mil duzentos e sessenta e cinco) benefícios concedidos, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5 – Benefícios concedidos pelo RPPS no 1º trimestre de 2026

Benefícios concedidos 1º trimestre 2026				
Benefício	Quantidade	Média R\$	Total	%
Aposentadorias	971	R\$ 6.200,66	R\$ 6.020.837,17	70%
Pensões	294	R\$ 8.719,79	R\$ 2.563.617,82	30%
Total	1.265	RS 14.920,44	RS 8.584.454,99	100%

Fonte: Sistemas SIGPEC (janeiro à março de 2026).

Os valores apresentados referem-se exclusivamente à **concessão inicial dos benefícios**. No período analisado, o valor médio mensal das aposentadorias concedidas foi de R\$ 6.200,66, enquanto o valor médio das pensões por morte atingiu R\$ 8.719,79. Os valores são referentes ao total de pensões, e não à quantidade de pensionistas.

Ao comparar os dados do 1º trimestre de 2026 com o 2º semestre de 2025, observa-se uma redução no número de aposentadorias concedidas e um aumento nas pensões. Todavia, tais variações devem ser analisadas com cautela, considerando a alteração da periodicidade do relatório, que deixou de ser semestral e passou a ser trimestral, impactando diretamente a comparabilidade entre os períodos.

6. RECEITAS E DESPESAS

Os dados orçamentários são cumulativos no exercício. Portanto, o relatório propõe discorrer sobre as receitas e despesas do **período de janeiro a março de 2026** dos Fundos Financeiro e Previdenciário e da Unidade Gestora do RPPS (IPREM).



As receitas correspondem aos valores que são arrecadados por meio de:

- contribuição patronal de ativos;
- contribuição dos servidores ativos, aposentados e pensionistas;
- restituição do COMPREV - RO;
- rendimento de investimentos;
- demais Receitas Financeiras e Administrativas; e
- aporte periódico para amortização do déficit atuarial.

Análise das Receitas

ITEM	RECEITAS					
	IPREM		FUNPREV		FUNFIN	
	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %
Contribuição do Servidor Civil Ativo	-	0,00%	75.243.879,05	4,21%	342.797.961,85	23,70%
Contribuição do Servidor Civil Inativo	-	0,00%	191.352.415,39	10,71%	166.461.238,29	11,51%
Contribuição do Servidor Civil - Pensionistas	-	0,00%	20.613.040,57	1,15%	4.967.344,32	0,34%
Contribuição Patronal - Servidor Civil Ativo	-	0,00%	362.516.136,38	20,29%	906.957.655,86	62,71%
Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS	-	0,00%	38.044.883,11	2,13%	9.410.387,21	0,65%
Remuneração dos Investimentos em Renda Fixa	-	0,00%	90.485.419,18	5,06%	15.201.425,92	1,05%
Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - Art. 37 § 15	-	0,00%	1.005.322.516,80	56,27%	-	0,00%
Outras Receitas	697.608,30	100,00%	139.669,44	0,01%	379.631,33	0,03%
Total de Receitas	697.608,30	100,00%	1.786.565.972,27	100,00%	1.446.175.644,78	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa

Na Unidade Gestora (IPREM), o item Outras Receitas corresponde às receitas administrativas, como serviços, restituições, ressarcimentos, inclusive de pessoal requisitado.

Do total das receitas arrecadadas no FUNPREV, as contribuições patronais, dos pensionistas e dos servidores ativos e aposentados totalizam 36,37%; as receitas da Compensação Previdenciária (COMPREV) e outras receitas, tais como aluguéis, remuneração de investimentos em renda fixa, restituição de benefícios previdenciários, multas, juros, atualização monetária e amortização de empréstimos totalizam 7,20%. A arrecadação mais significativa (56,27%) está relacionada ao aporte dos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF para cobertura do déficit atuarial do RPPS, conforme dispõe o art. 37, § 15 das



Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município (incluído pela Emenda nº 41/2021), conforme segue:

Aportes Periódicos - RPPS - L.O.M. - Art. 37, §º 15			
1º Semestre		2º Semestre	
Mês	R\$	Mês	R\$
jan/26	234.428.926,51	jul/26	0,00
fev/26	373.348.724,12	ago/26	0,00
mar/26	397.544.866,17	set/26	0,00
abr/26	0,00	out/26	0,00
mai/26	0,00	nov/26	0,00
jun/26	0,00	dez/26	0,00
Total	1.005.322.516,80	Total	0,00
TOTAL 2026		1.005.322.516,80	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Razão da Arrecadação

Os aportes periódicos são receitas orçamentárias, cujos recursos devem ser destinados, exclusivamente, ao pagamento de benefícios previdenciários dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário (FUNPREV). O controle destes aportes é de responsabilidade da Unidade Gestora e deve ser apartado dos demais recursos, a fim de evidenciar a vinculação para qual foram instituídos. O orçamento e execução são controlados pelo código de fonte 20.X.800.8012.

No que concerne ao FUNFIN, as receitas advindas das contribuições patronais, dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas corresponderam a 98,27% da receita total arrecadada, sendo a contribuição patronal a de valor mais significativo. As outras receitas, correspondentes a 1,73%, referem-se a Compensação Previdenciária (COMPREV), remuneração de investimentos em renda fixa, restituições de benefícios previdenciários, multas, juros e atualização monetária.

Análise da Despesa Orçamentária empenhada

As despesas estão descritas no quadro a seguir:



DESPESAS						
ITEM	IPREM - Órgão Gestor		RPPS - FUNPREV		RPPS - FUNFIN	
	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %	R\$	Rep. %
Benefícios de aposentadorias	0,00	0,00%	1.641.337.094,03	86,84%	1.402.327.908,44	95,98%
Benefícios de pensões	0,00	0,00%	231.912.011,85	12,27%	55.370.117,34	3,79%
Demais benefícios	0,00	0,00%	16.786.577,19	0,89%	3.287.734,27	0,23%
Total Despesas Benefícios Previdenciários	0,00	0,00%	1.890.035.683,07	100,00%	1.460.985.760,05	100,00%
PASEP	13.539.620,08	29,44%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Manutenção e Operação	24.103.940,24	52,40%	7.200,00	0,00%	1.950,00	0,00%
Pessoal	4.762.173,85	10,35%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras Despesas	3.590.659,12	7,81%	0,00	0,00%	-0,00	0,00%
Total Despesas Administrativas	45.996.393,29	100,00%	7.200,00	0,00%	1.950,00	0,00%
Total de Despesas	45.996.393,29	100,00%	1.890.042.883,07	100,00%	1.460.987.710,05	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SCF) - Acompanhamento da Despesa

As despesas do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS são aquelas relacionadas ao pagamento dos benefícios previdenciários e aos custos administrativos do Órgão Gestor - IPREM.

Em relação ao Órgão Gestor – IPREM, as Despesas Administrativas correspondem a 100% dos gastos. Estes são compostos pelo PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), Folha de Pagamento dos Servidores Ativos, Operação das atividades, Investimentos e outros.

No tocante ao PASEP, o programa foi criado pela Lei Complementar nº 8/1970, sendo unificado ao Programa de Integração Social (PIS) por meio da Lei Complementar nº 26/1975, originando o Fundo PIS-PASEP. Foi posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

Salienta-se que o IPREM iniciou o pagamento da despesa mensal com PASEP somente em 2015, em razão da cassação de liminar favorecendo a Receita Federal do Brasil. Dessa forma, o montante do valor não pago relativo ao período anterior a 2014 necessitou ser parcelado mediante acordo entre a Prefeitura de São Paulo - PMSP e a Receita Federal do Brasil - RFB. Assim, o valor devido do PASEP foi pago mensalmente, sendo o cálculo baseado no total da Receita excluindo-se a Receita de Capital e a Contribuição patronal e o resultado multiplicado por 1%.



Contudo, em virtude da promulgação do art. 6º da [Emenda Constitucional nº 136/2025](#), extinguiu-se a obrigação de recolhimento da despesa sobre as receitas dos regimes próprios de previdência social a partir da publicação da Emenda.

Quanto ao item “Outras Despesas”, esta compreende a folha de pagamento do pessoal ativo, encargos patronais (contribuição patronal ao RPPS/RGPS), terceirização de mão-de-obra e contratação de estagiários, locação de imóveis, serviços diversos (tecnologia, consultoria, engenharia, vigilância, manutenção, transporte, consumo de água/luz/telefone, entre outros), compra de materiais e equipamentos.

No FUNPREV, as despesas com Benefícios Previdenciários compreendem o pagamento de aposentadorias, pensões e outras, sendo 86,84% destinado ao benefício de aposentadoria e 12,27% ao de pensões.

No FUNFIN, a principal despesa do RPPS é o benefício de aposentadoria, que correspondeu a 95,98% do total de despesas do exercício enquanto pensões comportou 3,79%.

O item “Demais Despesas” suportou menos de 1% das despesas em cada Fundo e compreende as sentenças judiciais (requisições de pequeno valor), despesas de exercícios anteriores, restituição de precatórios pagos pela Prefeitura e COMPREV.

Resultados Orçamentários

Considerando que o IPREM não possui, ainda, fonte de recurso própria para arcar suas despesas, seu resultado orçamentário ainda é deficitário, mas suportado por recursos do ente.

APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RPPSFUNFIN	RPPSFUNPREV	IPREM
Total das Receitas Realizadas	1.446.175.644,78	1.786.565.972,27	697.608,30
Total das Despesas Empenhadas	1.460.987.710,05	1.890.042.883,07	45.996.393,29
Resultado Orçamentário	-14.812.065,27	-103.476.910,80	-45.298.784,99

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa



APURAÇÃO DO RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	RPPSFUNFIN	RPPSFUNPREV	TOTAL RPPS (FUNFIN+FUNPREV)
Total das Receitas Previdenciárias Realizadas	1.446.175.644,78	1.786.565.972,27	3.232.741.617,05
Total das Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.460.987.710,05	1.890.042.883,07	3.351.030.593,12
Resultado Orçamentário	-14.812.065,27	-103.476.910,80	-118.288.976,07

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa

Apesar do resultado previdenciário negativo no primeiro trimestre de 2026, a diferença representa apenas 3,5% do total da despesa empenhada, e tende a se equalizar nos meses subsequentes.

REPASSES FINANCEIROS

Conforme estabelece o Decreto Municipal nº 61.151, de 18 de março de 2022, enquanto não for implantada a Taxa de Administração a cargo do RPPS dos Servidores do Município de São Paulo, as despesas administrativas do Órgão Gestor (IPREM) são supridas com recursos do ente (Tesouro Municipal). Assim, até o momento no exercício 2026, o Tesouro transferiu para o IPREM R\$ 11.310.286,15.

Quanto ao RPPS, não houve insuficiência e, portanto, não houve repasses financeiro além dos já demonstrados como receitas. Abaixo o resumo dos repasses financeiros já realizados no período:

REPASSE FINANCEIRO		
Mês	RPPS	IPREM
jan/26	0,00	5.385.041,35
fev/26	0,00	2.974.145,32
mar/26	0,00	2.951.099,48
abr/26	0,00	0,00
mai/26	0,00	0,00
jun/26	0,00	0,00
jul/26	0,00	0,00
ago/26	0,00	0,00
set/26	0,00	0,00
out/26	0,00	0,00
nov/26	0,00	0,00
dez/26	0,00	0,00
Repasse recebido	0,00	11.310.286,15
Repasse devolvido/concedido	-	-
Saldo Líquido	-	11.310.286,15

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Razão do disponível e Balancete Analítico



Conclusão

A partir das informações demonstradas, concluiu-se que, apesar do resultado previdenciário parcial negativo, o comportamento das receitas previdenciárias no exercício 2026 é compatível com o pacote de políticas e medidas adotadas pela Administração Municipal em busca do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio, destacando a ausência de insuficiência financeira para o RPPS durante o Exercício. As despesas previdenciárias se mantêm dentro do comportamento esperado. As despesas do Órgão Gestor são planejadas de forma a alcançar resultados mais eficazes com economia de recursos para o ente.

7. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

As atas e seus respectivos conteúdos na íntegra, assim como as deliberações dos órgãos colegiados, estão disponíveis no Diário Oficial da Cidade - D.O.C. e na página eletrônica do Instituto⁵. O ritual das reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos contribui com o bom andamento dos processos do IPREM, trazendo maior garantia de que os objetivos da instituição possam ser alcançados.

Para efeito de acompanhamento das decisões tomadas no 1º trimestre de 2026, apresentam-se os seguintes relatos:

Comitê de Investimentos: No primeiro trimestre de 2026, o Comitê de Investimentos tomou ciência dos Relatórios Mensais de Investimentos apresentados pela Coordenadoria de Gestão de Investimentos (CGI), os quais demonstram a evolução das carteiras de investimentos dos fundos FUNFIN e FUNPREV. Esses documentos indicam que as operações realizadas estão em conformidade com a Política de Investimentos vigente, refletindo a aderência às diretrizes estabelecidas para a gestão dos recursos, bem como o panorama econômico doméstico e internacional, com destaque para índices e variáveis macroeconômicas.

⁵ Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/iprem/w/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/308327



Ao longo do trimestre, foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias do Comitê, aprovando os 3 (três) conjuntos de Relatórios Mensais, referentes aos períodos de janeiro a março de 2026, com escopo na prestação de contas dos planos constituídos do RPPS (FUNFIN, FUNPREV e IPREM) e dos fundos de investimentos alocados, em conformidade com a Política de Investimentos vigente, bem como o panorama econômico doméstico e internacional, com destaque para índices e variáveis macroeconômicas. Semelhantemente, o colegiado também aprovou o Relatório Anual de Investimentos referente a 2025, com a análise do resultado consolidado dos três planos supracitados no ano-base.

Ademais, durante suas reuniões, o Comitê acompanhou a evolução da atividade econômica e das políticas cambial, fiscal (gastos do governo) e monetária (expectativas para inflação e taxa de juros) no Brasil. No cenário internacional, monitoraram movimentações em conflitos geopolíticos e seus impactos na balança comercial, inflação e câmbio doméstico – em especial a invasão dos EUA à Venezuela, em janeiro, com o sequestro de Maduro; bem como a guerra do Irã e seus impactos na inflação global, entre fevereiro e março, com atenção especial ao preço dos combustíveis e os desdobramentos nos custos logísticos.

Com foco no fortalecimento da governança e a otimização da carteira, além da observância à Resolução CMN nº 5.272/2025⁶, o Comitê manifestou-se favoravelmente à diversificação com instituições financeiras públicas. Assim, tendo como prioridade a segurança e liquidez dos títulos públicos, foram aprovadas alocações em fundos da Caixa Econômica Federal (Caixa Asset), ainda mantendo parte da posição anterior em fundos do Banco do Brasil (BB Asset), diversificando até a proporção dos ativos sobre gerenciamento de ambas as instituições.

Por fim, considerando a diretriz de profissionalização e a meta para o RPPS alcançar o Nível IV do Pró-Gestão, o presidente do Comitê, por ocasião da renovação de sua certificação profissional junto ao Ministério da

⁶ <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=5272>



Previdência Social, obteve certificação no nível avançado (CP RPPS CGINV III)⁷. Destaca-se que para que o RPPS de grande porte alcance o Nível IV, como é o caso do IPREM-SP, as normas do Manual Pró-Gestão (versão 4.0)⁸ e do Manual de Certificação dos Profissionais dos RPPS (versão 1.5)⁹ estabelecem que todos os membros do Comitê de Investimentos sejam certificados. Ademais, exige-se que, a partir de 1º de janeiro de 2026, ao menos um membro possua certificação em nível avançado e os demais em nível intermediário - ressalvada a validade das certificações emitidas até 31/12/2025, durante o respectivo prazo de vigência.

Conselho Deliberativo: No 1º trimestre de 2026 foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias e 1 (uma) extraordinária conjunta. Os principais assuntos tratados foram as aprovações das demonstrações contábeis do IPREM, FUNPREV E FUNFIN, o Boletim Estatístico do Regime Próprio de Previdência Social - BERPPS mensais, Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, Relatório de Governança Corporativa - RGC, relativo ao 2º semestre de 2025, além das análises e aprovações dos Relatórios mensais da carteira de Investimentos relativo aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025, Relatório de Controle Interno - RCI 04/2025. As 4 (quatro) reuniões foram presididas pelo Sr. Everaldo Guedes de Azevedo França.

Conselho Fiscal: No referido período, o Conselho Fiscal realizou 04 (quatro) reuniões, sendo 03 (três) ordinárias e 01 (uma) extraordinária conjunta. Entre os principais temas apreciados e deliberados, destacam-se: Demonstrações Contábeis do IPREM, do FUNPREV e do FUNFIN, bem como dos respectivos Demonstrativos Fiscais; Boletins Estatísticos do Regime Próprio de Previdência Social (BERPPS) do Município de São Paulo; Contratação de serviço de consultoria e assessoria técnica especializada para suporte à organização, habilitação e

⁷ <https://prefeitura.sp.gov.br/documents/d/iprem/cp-rpps-cginv-iii-avancado-henrique-de-castilho-pinto-1-pdf>

⁸ https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/pro-gestao-rpps-certificacao-institucional/MANUAL_DO_PRO_GESTAO_RPPS__VERSAO_4.0_04_02_2026.pdf

⁹ <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/Requisitos-para-Dirigentes-e-Conselheiros-de-RPPS/arquivos/manual-certificacao-profissional-v-1-5.pdf>



eventual recebimento de créditos dos contratos do FCVS – Fundo de Compensação das Variações Salariais, junto à Caixa Econômica Federal e demais órgãos eventualmente envolvidos, relativos aos 755 (setecentos e cinquenta e cinco) processos de financiamento habitacional firmados entre o IPREM e seus mutuários; Contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de diagnóstico e modelagem financeira voltados ao estudo de ALM (*Asset Liability Management*), com foco na avaliação dos ativos e passivos, contemplando a proposição de soluções para o equilíbrio financeiro e atuarial do déficit existente no IPREM, bem como a consultoria em valores mobiliários, por meio de ações voltadas à sustentabilidade de longo prazo, considerando a real capacidade contributiva do plano de custeio; Minuta de proposta de alteração do Regimento Interno; A manifestação acerca da correta aplicação do artigo 30 da Lei nº 17.997, de 28 de setembro de 2023, especialmente quanto à sua incidência no primeiro processo eleitoral realizado após a entrada em vigor da norma, no âmbito do Conselho Fiscal; Avaliação Atuarial; Relatórios mensais da Carteira de Investimentos; Relatório de Governança Corporativa (RGC), relativo ao 2º semestre de 2025; Política de Investimentos 2026, com adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025; Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR); e Relatório de Controle Interno – RCI nº 04/2025, referente ao 4º trimestre de 2025. Todas as reuniões foram presididas pela Sra. Izabella Neves Tominaga.

Diretoria Executiva: Foram realizadas 3 (três) reuniões ordinárias, no período de janeiro a março de 2026. As principais pautas abordaram entre outros assuntos: Hipóteses atuariais 2025/2026; Instrumental de Avaliação de Desempenho - IAD - Exercício 2025; PORTARIA IPREM nº 02, de 07 de janeiro de 2026, que dispõe sobre a compensação dos dias de suspensão de expediente e a organização do recesso compensado nas duas semanas comemorativas das festas de Natal e Fim de Ano, nesta Autarquia para o exercício de 2026; Plano executivo para definição do Planejamento Estratégico IPREM 2026-2030; Avaliação Atuarial 2026; Relatório de Governança Corporativa - RGC, relativo ao 2º semestre/2025; Planejamento Estratégico e Executivo do IPREM; Programa de Integridade e Boas



Práticas (PIBP) e seu resultado da medição relativa ao 2º semestre/2025; Ações necessárias para a certificação no nível IV do Pró-Gestão RPPS; Alterações do Plano de Capacitação.

8. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

8.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os dados orçamentários são cumulativos no exercício. Portanto, o relatório propõe evidenciar a Gestão Orçamentária e Financeira do **período de janeiro a março de 2026**. Será apresentado o resultado orçamento dos Fundos Financeiro e Previdenciário e da Unidade Gestora do RPPS (IPREM).

O processo orçamentário é uma atividade de gestão relevante para a realização dos eventos e a fluidez das atividades do IPREM, com a finalidade de gerir a realização das atividades do Instituto, apresentando o desempenho e revelando a eficiência na gestão dos recursos. Um bom parâmetro nas análises orçamentárias, de maneira geral, é o acompanhamento da utilização dos recursos, tomando como ponto de partida os valores previstos no orçamento, para que a previsão das receitas e das despesas seja a mais próxima da realidade.

Assim, a análise de variações é útil para identificar itens cujas variações devam ser analisadas em profundidade e serve de parâmetro para novas avaliações das previsões a serem adotadas na peça orçamentária.

Vale ressaltar que os valores de despesas, inclusive o pagamento de benefícios, após a Lei que instituiu a criação dos Fundos Previdenciários - FUNFIN e FUNPREV, foram suportados por Receitas de Contribuições dos Segurados, Receitas de Contribuições Patronais e Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial com recursos do Imposto de Renda arrecadado no município (FUNPREV). Depois de decréscimos acentuados da insuficiência financeira em relação aos exercícios anteriores, o resultado agora é positivo, ou seja, não houve insuficiência financeira para pagamento dos benefícios.



A seguir, segue o estudo orçamentário relativo aos valores acumulados de janeiro a março de 2026, iniciando pela análise das **receitas**:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPS FUNFIN		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	6.888.443.844,00	1.446.175.644,78	21%
Contribuições	6.785.490.956,00	1.421.233.572,01	21%
Receita Patrimonial	44.901.930,00	15.201.425,92	34%
Receita de Serviços	0,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	58.050.958,00	9.740.646,85	17%
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	6.888.443.844,00	1.446.175.644,78	21%

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPS FUNPREV		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	8.746.084.956,00	1.786.561.476,38	20%
Contribuições	2.905.998.934,00	649.736.855,59	22%
Receita Patrimonial	244.785.016,00	91.289.670,59	37%
Receita de Serviços	1.000,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	5.595.300.006,00	1.045.534.950,20	19%
Receitas de Capital (II)	39.699,00	4.495,89	11%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	38.699,00	4.495,89	12%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	8.746.124.655,00	1.786.565.972,27	20%



RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL RPPS (FUNFIN + FUNPREV)		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	15.634.528.800,00	3.232.737.121,16	21%
Contribuições	9.691.489.890,00	2.070.970.427,60	21%
Receita Patrimonial	289.686.946,00	106.491.096,51	37%
Receita de Serviços	1.000,00	0,00	0%
Outras Receitas Correntes	5.653.350.964,00	1.055.275.597,05	19%
Receitas de Capital (II)	39.699,00	4.495,89	11%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	38.699,00	4.495,89	12%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	15.634.568.499,00	3.232.741.617,05	21%

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	IPREM		
	Previsão Atualizada	Receita Realizada	% Realizado
Receitas Correntes (I)	3.131.331,00	697.608,30	22%
Contribuições	0,00	0,00	0%
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0%
Receita de Serviços	1.705.000,00	258.412,30	15%
Outras Receitas Correntes	1.426.331,00	439.196,00	31%
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0%
Total das Receitas (III)=(I+II)	3.131.331,00	697.608,30	22%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita

A análise das receitas arrecadadas de janeiro a março de 2026 demonstra que a Receita de Contribuições foi executada em valor próximo ao previsto para o período (25% do total previsto para o exercício).



Segue sendo destaque na análise a arrecadação de Receita Patrimonial, com a arrecadação no trimestre maior que 25% do previsto para o exercício.

Vale ressaltar, ainda, que o Instituto não possui uma fonte significativa de recursos próprios para manutenção das atividades, sendo estas suportadas por repasses financeiros do Município.

Quanto às **despesas**, seguem dispostas nas tabelas a seguir:

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	RPPSFUNFIN		RPPSFUNPREV	
	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada
Despesas Correntes (IV)	6.888.443.844,00	1.460.987.710,05	8.746.124.655,00	1.890.042.883,07
Outras Despesas Correntes	11.987.247,00	815.776,08	33.239.087,00	10.682.320,30
Pessoal e Encargos Sociais	6.876.456.597,00	1.460.171.933,97	8.712.885.568,00	1.879.360.562,77
Despesa de Capital (V)	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Total das despesas (VI) = (IV + V)	6.888.443.844,00	1.460.987.710,05	8.746.125.655,00	1.890.042.883,07

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL RPPS (FUNFIN + FUNPREV)		IPREM	
	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada	Orçado Atualizado	Despesa Empenhada
Despesas Correntes (IV)	15.634.568.499,00	3.351.030.593,12	126.476.717,26	42.405.734,17
Outras Despesas Correntes	45.226.334,00	11.498.096,38	103.950.004,26	37.643.560,32
Pessoal e Encargos Sociais	15.589.342.165,00	3.339.532.496,74	22.526.713,00	4.762.173,85
Despesa de Capital (V)	1.000,00	0,00	4.454.348,74	3.590.659,12
Investimentos	1.000,00	0,00	4.454.348,74	3.590.659,12
Total das despesas (VI) = (IV + V)	15.634.569.499,00	3.351.030.593,12	130.931.066,00	45.996.393,29

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento da Despesa

A partir do confronto das receitas e despesas, apura-se o resultado orçamentário das entidades:

APURAÇÃO DO RESULTADO	RPPSFUNFIN	RPPSFUNPREV	TOTAL RPPS (FUNFIN+FUNPREV)	IPREM
Total das Receitas - Realizadas (III)	1.446.175.644,78	1.786.565.972,27	3.232.741.617,05	697.608,30
Total das Despesas - Empenhadas (VI)	1.460.987.710,05	1.890.042.883,07	3.351.030.593,12	45.996.393,29
Resultado Orçamentário	-14.812.065,27	-103.476.910,80	-118.288.976,07	-45.298.784,99

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Boletim da Receita x Acompanhamento da Despesa

Após a entrega superavitária em 2025, tanto o FUFIN quanto o FUNPREV apresentam ligeiro déficit neste primeiro trimestre, mas tende a se equalizar no decorrer do exercício.



O déficit orçamentário apresentado pelo IPREM segue sendo suportado pelos repasses financeiros da Administração Municipal.

Restos a Pagar

No exercício 2026, dos R\$ 7 milhões inscritos em Restos a pagar (processados e não processados) em 2025, cerca de 87% foram efetivamente pagos e 11,14% foram cancelados:

MOVIMENTAÇÃO DE RESTOS A PAGAR 2025/2026				
EMPRESA	Inscrito	Pago	Cancelado	Saldo
IPREM	4.460.445,24	3.588.921,35	784.894,95	86.628,94
FUNPREV	2.093.788,52	2.093.031,93	756,59	0,00
FUNFIN	509.739,95	508.772,50	967,45	0,00
TOTAL	7.063.973,71	6.190.725,78	786.618,99	86.628,94

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) - Acompanhamento de Restos a Pagar

A eficiência da gestão orçamentária fica ainda mais evidente quando comparado ao exercício anterior, onde apenas 48% dos restos inscritos foram pagos de fato contra os 87% neste exercício.

Compensação Financeira - Outros Fundos de Previdência (Ação 4980 do Programa 4003 do PPA 2026-2029)

Foram apuradas as quantidades de Requerimentos Enviados, Aguardando Análise, Deferimentos e Ativos (Em Compensação), separados entre RGPS (INSS) e RPPS. Para cada uma das situações elencadas, realizou-se um comparativo entre o primeiro trimestre de 2026 e os anos anteriores.



COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA						
IPREM/INSS	2021	2022	2023	2024	2025	Parcial 2026
Envio de requerimentos	2.826	2.219	616	377	743	3.090
Aguardando análise	13.609	4.758	10.888	8.698	14.492	15.600
Deferimentos	6	2.218	1.730	1.200	1.412	421
Requerimentos ativos	20.897	22.644	24.050	24.458	24.468	24.066
IPREM/RPPS	2021	2022	2023	2024	2025	Parcial 2026
Envio de requerimentos	902	4.086	1.743	2.476	11.754	676
Aguardando análise	827	4.740	4.679	2.552	11.575	11.711
Deferimentos	-	18	352	1.089	1.238	27
Requerimentos ativos	-	71	2.127	1.459	2.698	2.727

No primeiro trimestre de 2026, foram encaminhados 676 requerimentos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e 3090 requerimentos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizando 3766 envios entre ambos os regimes.

Nota-se um aumento extremamente significativo no envio de requerimento RGPS em relação ao ano anterior (416%), devido ao acúmulo gerado pela priorização dos processos de RPPS em 2025, cujo prazo prescricional se encerrou em dezembro daquele ano.

Ainda no referido período, verifica-se que do total de 15.600 requerimentos aguardando análise no RGPS, 421 (pouco menos de 2,7%) foram deferidos. Já no RPPS houve o deferimento de 27 requerimentos, o que representa 0,3% do total de requerimentos que estavam aguardando análise durante o período.

É importante destacar que a quantidade de requerimentos pendentes de análise é variável, uma vez que há entrada e saída diária de novos requerimentos. Essa rotatividade ocorre devido às análises contínuas realizadas pela Divisão de Compensação Previdenciária, bem como às tratativas de exigências e ao recebimento constante de novos requerimentos. Por esse motivo, é natural a ocorrência de variações mensais no número de requerimentos, podendo aumentar ou diminuir.

Sobre os requerimentos ativos, estes são processados com pagamentos mensais. Observa-se que no primeiro trimestre de 2026 a maior



parte desses requerimentos está vinculada ao RGPS, totalizando 24.066 solicitações, mantendo uma tendência já observada em exercícios anteriores.

ANO	INSS			
	Deferidos	%	Total Arrecadado	%
2021	R\$ 126.838,87	-	R\$ 75.096.071,22	-
2022	R\$ 66.375.168,82	52330%	R\$ 151.817.399,55	202%
2023	R\$ 74.732.090,98	113%	R\$ 158.976.448,95	105%
2024	R\$ 48.203.846,51	65%	R\$ 148.443.241,60	93%
2025	R\$ 60.854.155,23	126%	R\$ 131.558.147,31	89%
Parcial 2026	R\$ 22.563.490,69	37%	R\$ 32.109.290,24	24%
ANO	RPPS			
	Deferidos	%	Total Arrecadado	%
2021	R\$ -	-	R\$ -	-
2022	R\$ 65.273,36	-	R\$ 85.240,48	-
2023	R\$ 5.705.002,87	8740%	R\$ 6.552.456,49	7687%
2024	R\$ 14.238.853,03	250%	R\$ 18.011.596,91	275%
2025	R\$ 24.301.273,21	171%	R\$ 34.000.975,61	189%
Parcial 2026	R\$ 436.461,89	2%	R\$ 2.250.562,75	7%

No primeiro trimestre de 2026, o RGPS registrou um valor significativo de R\$ \$ 22.563.490,69, o que representa 37% do total deferido no ano anterior. Esse montante gerou um valor arrecadado até o presente momento de R\$ 32.109.290,24 (FUNPREV e FUNFIN). Em contrapartida, o RPPS apresentou desempenho inicial discreto, com R\$ 2.250.562,75 arrecadados. A tendência é de crescimento para o segundo semestre, quando iniciarão as análises do grande volume de requerimentos enviados em 2025.



ANO	INSS		RPPS	
	FUNFIN		FUNFIN	
	Deferidos	Total Arrecadado	Deferidos	Total Arrecadado
2021	R\$ 126.838,87	R\$ 75.096.071,22	-	-
2022	R\$ 32.689.499,23	R\$ 52.512.396,23	R\$ 48.951,00	R\$ 66.751,52
2023	R\$ 22.010.756,15	R\$ 40.322.763,82	R\$ 4.839.634,35	R\$ 5.559.888,61
2024	R\$ 17.479.188,59	R\$ 40.326.687,81	R\$ 8.492.799,43	R\$ 11.281.619,29
2025	R\$ 22.272.962,29	R\$ 36.223.287,94	R\$ 13.738.708,18	R\$ 18.486.315,87
Parcial 2026	R\$ 6.084.629,57	R\$ 7.587.957,48	R\$ 298.733,16	R\$ 1.530.914,41

ANO	FUNPREV		FUNPREV	
	Deferidos	Total Arrecadado	Deferidos	Total Arrecadado
	2021	-	-	-
2022	R\$ 33.685.669,59	R\$ 99.305.003,32	R\$ 16.322,36	R\$ 18.488,96
2023	R\$ 52.721.334,83	R\$ 118.653.685,13	R\$ 865.368,52	R\$ 992.567,88
2024	R\$ 30.724.657,92	R\$ 108.116.553,79	R\$ 5.746.053,60	R\$ 6.729.977,62
2025	R\$ 38.581.192,94	R\$ 95.334.859,37	R\$ 10.562.565,03	R\$ 15.514.659,74
Parcial 2026	R\$ 16.478.861,12	R\$ 24.521.332,76	R\$ 137.728,73	R\$ 719.648,34

A tabela apresentada permite a análise dos totais de requerimentos deferidos e dos valores arrecadados, organizados por fundo e por regime previdenciário. Os dados demonstram que, em todos os períodos avaliados, o FUNPREV, vinculado ao Regime Geral de Previdência, mantém a tendência de arrecadação superior quando comparado ao FUNFIN e ao RPPS. Observa-se, também, uma boa tendência nos valores de requerimentos deferidos pelo RGPS no primeiro trimestre de 2026, tanto pelo FUNFIN quanto pelo FUNPREV, em comparação com o ano anterior. Já o RPPS apresenta números ainda são pouco expressivos, com tendência de melhora significativa no decorrer do ano.

O histórico foi obtido utilizando as informações dos Relatórios extraídos mensalmente dos sistemas COMPREV DATAPREV e BGCOMPREV.

Por fim, cabe salientar que o COMPREV trabalha com regime de competência, ou seja, o pagamento dos valores se dá até o 5º dia útil do mês subsequente ao fechamento da folha do COMPREV, que ocorre no mês seguinte ao da competência.



8.2 GERENCIAMENTO DOS CONTRATOS

A Divisão de Gestão Administrativa é responsável pela gestão contratual do Instituto, tendo como finalidade acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas durante todo o período de vigência dos contratos, de modo a assegurar a fiel observância de todas as cláusulas pactuadas. Atua com foco na eficiência operacional e na mitigação de riscos, observando a segurança jurídica, com regras claras e bem definidas.

Nesse contexto, registra-se que o IPREM encerrou o **1º trimestre de 2026** com 43 (quarenta e três) contratos vigentes, distribuídos da seguinte forma:

- 02 (dois) contratos por escopo, totalizando R\$ 114.209,90.
- 32 (trinta e dois) contratos de serviços contínuos com pagamento mensal, com valor fixo e valor variável mediante demanda, totalizando R\$ 39.816.700,89.
- 09 (nove) contratos por demanda com pagamentos eventuais, totalizando R\$ 146.377,72.

Dessa forma, o montante **global** dos contratos, considerando suas respectivas vigências, corresponde a R\$ 40.077.288,51 (quarenta milhões, setenta e sete mil, duzentos e oitenta e oito e cinquenta e um centavos)

Ressalta-se que o presente relatório se refere exclusivamente aos Termos de Contrato vigentes, não sendo considerados para contabilização outros instrumentos contratuais que não geram despesas ao IPREM, tampouco aquisições ou contratações realizadas por meio de Notas de Empenho ou Termos de Convênio.

Informa-se, ainda, que os contratos possuem prazos variados de 12, 24, 30, 36 e até 60 meses, contudo, para fins deste relatório e em conformidade com as diretrizes da nova gestão, foi considerada a soma do montante global de acordo com a vigência de cada contrato.

No mesmo período, compreendido entre **janeiro e março de 2026**, foram encerrados 11 (onze) contratos, dos quais 5 (cinco) foram sub-rogados e 5 (cinco) rescindidos em razão da mudança de sede do IPREM, configurando a



perda do objeto contratual por fato superveniente, e 1 (um) em razão do término da vigência, sem necessidade de prorrogação. No período, também foram celebrados 2 (dois) novos contratos.

Novos contratos firmados pelo IPREM no 1º trimestre de 2026

<u>CONTRATO 018/IPREM/2025</u> - SERVICORP SERVIÇOS E CORPORAÇÕES LTDA
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de apoio administrativo, na execução de atividades auxiliares, instrumentais e acessórias, para atender as necessidades do IPREM.
Vigência: 12 Meses
Início da Vigência: 05/01/2026
Término da Vigência: 04/01/2027
Valor Total em Reais: R\$ 4.919.998,80 (quatro milhões novecentos e dezenove mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)
Processo SEI: 6310.2025/0004501-2

<u>CONTRATO 01/IPREM/2026</u> - DPS GONÇALVES IND. COM. DE ALIMENTOS LTDA
OBJETO DO CONTRATO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 009/SEGES-COBES/2024 - Aquisição de café torrado e moído embalado em alto vácuo, de qualidade mínima superior.
Vigência: 12 (doze) meses
Início da Vigência: 26/01/2026
Término da Vigência: 25/01/2027
Valor Total em Reais: R\$ 3.075,00 (três mil setenta e cinco reais)
Processo SEI: 6310.2025/0006068-2

Contratos encerrados pelo IPREM no 1º trimestre de 2026

<u>CONTRATO 012/IPREM/2023</u> - VMJ GERENCIAMENTO E CONSTRUCOES LTDA
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, abrangendo a manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para as instalações elétricas, hidráulicas, civis, sistema de cabeamento estruturado, sistema de iluminação de emergência e sistema de detecção e alarme de incêndio instalados e a instalar, no 30º andar do Edifício Grande São Paulo, a ser ocupado pelo IPREM, com fornecimento de mão de obra especializada e com fornecimento de peças
Início da Vigência: 02/08/2023
Término da Vigência: 01/08/2026
Valor Total em Reais: R\$ 208.794,24 (duzentos e oito mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos)
Processo SEI: 6310.2023/0001770-8
Sub-rogado a partir de 01/04/2026



<u>CONTRATO 011/IPREM/2025 – BRAZON MAXFILTER INDÚSTRIA E LOCAÇÃO DE PURIFICADORES DE ÁGUA LTDA</u>
Objeto do contrato: Prestação de serviço de locação, instalação e manutenção de aparelhos purificadores de água para o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM
Início da Vigência: 26/07/2025
Término da Vigência: 25/07/2026
Valor Total em Reais: R\$ 1.439,64 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos)
Processo SEI: 6310.2025/0002681-6 Sub-rogado a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 012/IPREM/2025 – FORCE SERVIÇOS LTDA</u>
Objeto do contrato: Prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e copeiragem, com disponibilização de mão de obra contínua, incluindo o fornecimento de saneantes domissanitários, papel higiênico, papel toalha, papel descartável para assento sanitário, saco descartável de absorvente higiênico e sabonete líquido para as mãos, materiais e equipamentos, visando atender às demandas do Instituto
Início da Vigência: 24/07/2025
Término da Vigência: 23/07/2026
Valor Total em Reais: R\$ 226.500,00 (Duzentos e vinte e seis mil e quinhentos reais)
Processo SEI: 6310.2025/0002580-1 Rescindido a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 015/IPREM/2021 – VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A</u>
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Link de 120 Mbps, com serviço de segurança MSS (Managed Security Services) suportado por uma plataforma integrada com equipamento (UTM) Unified Threat Management, possibilitando execução de múltiplas funções de segurança em um único dispositivo: firewall, prevenção de intrusões de rede, antivírus, VPN, filtragem de conteúdo, balanceamento de carga e geração de relatórios informativos e gerenciais sobre a Rede de Dados.
Início da Vigência: 01/12/2021
Término da Vigência: 30/11/2026
Valor Total em Reais: R\$ 38.611,46 (trinta e oito mil seiscentos e onze reais e quarenta e seis centavos)
Processo SEI: 6310.2021/0002646-0 Rescindido a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 013/IPREM/2023 – R&A COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFONICOS LTDA</u>
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada prestação de serviços de locação de Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT) a serem instalada nas unidades administrativas do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM/SP.
Início da Vigência: 04/07/2023



Término da Vigência: 03/07/2028
Valor Total em Reais: R\$ 51.816,60 (cinquenta e um mil oitocentos e dezesseis reais e sessenta centavos)
Processo SEI: 6310.2023/0001417-2 Rescindido a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 011/IPREM/2021</u> – TELEFÔNICA BRASIL S/A
Objeto do contrato: Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por meio de entroncamentos digitais (links E1 com sinalização CAS-R2/DTMF) e serviços de discagem direta a ramal (DDR)
Início da Vigência: 18/11/2021
Término da Vigência: 17/11/2026
Valor Total em Reais: R\$ 26.757,11 (vinte e seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e onze centavos)
Processo SEI: 6310.2021/0002645-2 Rescindido a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 03/IPREM/2023</u> – SINERGIA PAULISTANA CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva sem o fornecimento de peças, dos sistemas de ar-condicionado instalados no 30º andar do Edifício Grande São Paulo, localizado na Rua Líbero Badaró, 425, Centro, São Paulo - SP, a ser ocupado pelas instalações do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM.
Início da Vigência: 27/02/2023
Término da Vigência: 31/03/2026
Valor Total em Reais: R\$ 1.771,77 (um mil setecentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos)
Processo SEI: 6310.2022/0004879-2 Sub-rogado a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 016/IPREM/2022</u> - SILVIO SANTOS PARTICIPACOES SA
Objeto do contrato: Locação imóvel 30º andar no Edifício Grande São Paulo, localizado na rua Líbero Badaró, nº 425 e Parque Anhangabaú nº 360, no 1º Subdistrito Sé, na Cidade de São Paulo, Capital - Centro, São Paulo/SP, descrito na matrícula nº 132.747, do 4º Oficial de Registro de Imóveis da Capital de São Paulo, para uso deste Instituto de Previdência Municipal de São Paulo.
Início da Vigência: 02/06/2022
Término da Vigência: 01/06/2027
Valor Total em Reais: R\$ 3.195.346,80 (três milhões, cento e noventa e cinco mil e trezentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos.)
Processo SEI: 6310.2022/0002673-0 Sub-rogado a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 003/IPREM/2024</u> - INSTITUTO NACIONAL DE ANÁLISES E PESQUISAS LTDA
Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para a prestação de



serviços de avaliação ambiental
Início da Vigência: 15/04/2024
Término da Vigência: 14/04/2026
Valor Total em Reais: R\$ 194.040,95 (cento e noventa e quatro mil e quarenta reais e noventa e cinco centavos)
Processo SEI: 6310.2023/0005721-1
Término de Vigência

<u>CONTRATO 004/IPREM/2024</u> - DESINTEC CONTROLE AMBIENTAL LTDA - EPP
Objeto do contrato: Prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas (Dedetização, desratização e descupinização).
Início da Vigência: 10/05/2024
Término da Vigência: 09/05/2026
Valor Total em Reais: R\$ 3.260,45 (três mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos)
Processo SEI: 6310.2024/0001825-0
Rescindido a partir de 01/04/2026

<u>CONTRATO 005/IPREM/2025</u> - DNA COMERCIO DE REPRESENTAÇÕES LTDA
Objeto do contrato: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 001/SEGES-COBES/2025, para fornecimento de açúcar refinado, em pacote de 1Kg.
Início da Vigência: 27/02/2025
Término da Vigência: 26/02/2026
Valor Total em Reais: R\$ 1.245,00 (um mil duzentos e quarenta e cinco reais)
Processo SEI: 6310.2025/0000234-8
Término de Vigência

8.3 GESTÃO DO SITE DA TRANSPARÊNCIA

O site da transparência do IPREM constitui uma ferramenta acessível aos segurados, por meio da qual é possível obter diversas informações relevantes sobre o Instituto, previstas na legislação vigente. Entre os conteúdos disponibilizados, destacam-se as atas dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos, os dados relativos à carteira de investimentos, o cronograma da folha de pagamento, informações sobre a ouvidoria, contas públicas, legislação, Boletins Estatísticos (BERPPS), Governança Corporativa, Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), COMPREV, Certidão de Tributos e Dívida Ativa, Acórdãos do Tribunal de Contas, Estudos Atuariais, Balanço, Balancetes e Demonstrativos, Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), Política de Investimento, entre outros.



Compete à Divisão de Relacionamento Institucional - DRI a organização e manutenção do sítio eletrônico do IPREM, nos termos do art. 36, inciso VII do Decreto nº 62.556/2023.

Ressalta-se que o site do Instituto é avaliado periodicamente quanto ao Indicador de Transparência Ativa - ITA mensurado pela Controladoria Geral do Município - CGM, cujo objetivo é avaliar o nível de Transparência Ativa (disponibilização de dados de maneira ativa) dos portais institucionais dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal direta e indireta. O ITA visa verificar em que medida estão sendo seguidos os parâmetros previstos em lei (conformidade legal).

A CGM realiza a aferição do índice de forma semestral e pela sétima medição seguida, referente ao período do 2º semestre de 2025, o IPREM conquistou a nota 10 (dez), refletindo a junção de esforços dos servidores da instituição, preenchendo todos os requisitos estipulados pelo ITA e levando a instituição ao mais alto nível de transparência em seu site. A medição do 1º semestre de 2026 ocorrerá a partir de maio de 2026.

8.4 GESTÃO DO PASSIVO JUDICIAL

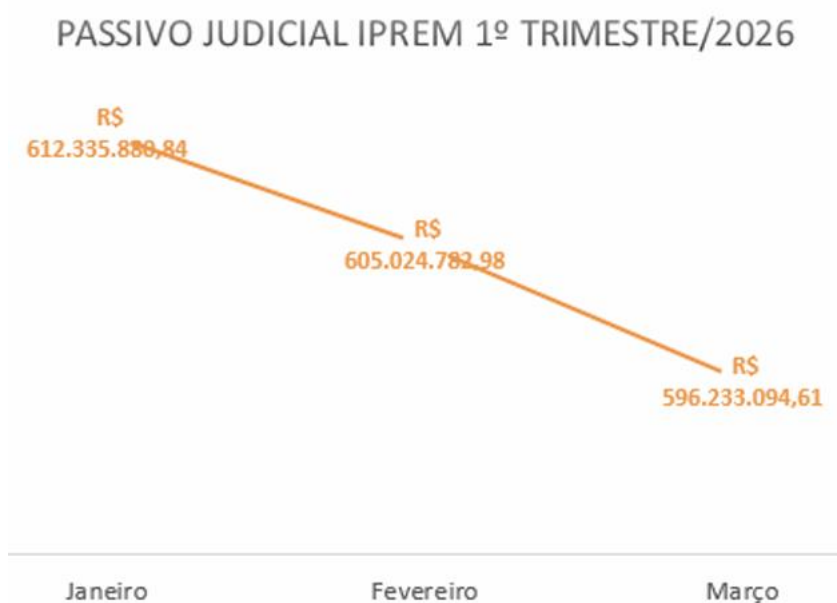
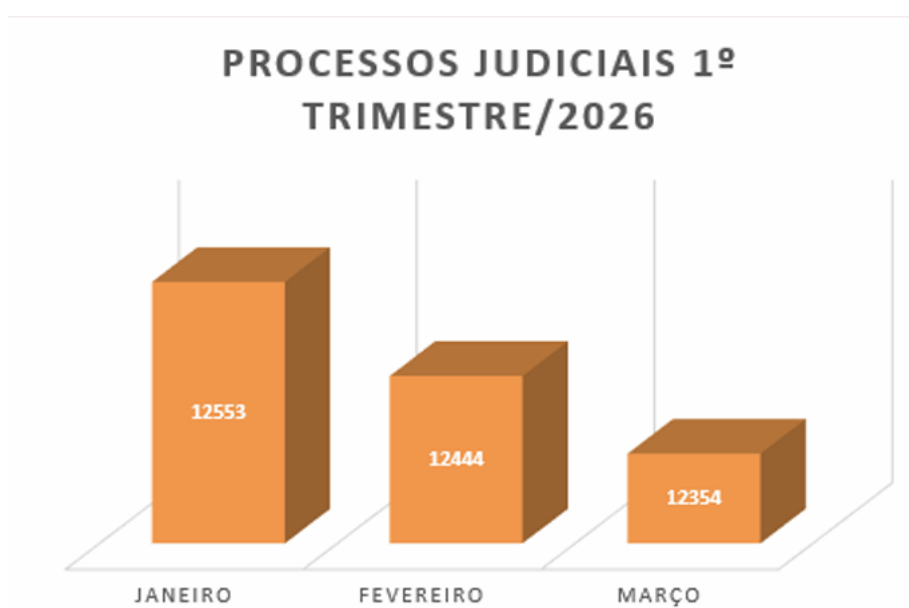
O IPREM, com base no sistema da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - DEPRE/TJSP, disponibilizado pela Procuradoria do Município de São Paulo - PGM/SP, passou a divulgar em seu site o Relatório do Passivo Judicial Previdenciário referente aos exercícios a partir do ano de 2009, a fim assegurar ao cidadão, à mídia e todas as organizações que se dedicam ao controle social a transparência das contas públicas. Trata-se de relatório com dados sobre as despesas do município de São Paulo relativas às despesas judiciais previdenciárias, decorrentes de precatórios ou requisições de pequenos valores (RPVs).

Com a divulgação deste relatório, o IPREM fortalece seu dever de dar transparência e publicidade aos atos da Administração. Os Relatórios são



disponibilizados na página eletrônica do Instituto, mediante atualização. Abaixo temos os números atualizados para o 1º trimestre de 2026.

	Quantidade Processos		
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março
Quantidade	12553	12444	12354
	Saldo Atualizado		
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março
Passivo Judicial	R\$ 612.335.880,84	R\$ 605.024.782,98	R\$ 596.233.094,61





9. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Divisão de Relacionamento Institucional (DRI) é responsável pela gestão e operacionalização dos canais de atendimento do IPREM, que abrangem o atendimento presencial, telefônico, e-mail, e-SIC e Ouvidoria. Por meio desses canais, são recebidas e tratadas as demandas do público, abrangendo esclarecimento de dúvidas, prestação de informações e solicitação de serviços, visando à comunicação eficiente, acessível e orientada à resolução.

Atualmente, os servidores municipais que pretendem se aposentar, bem como os já aposentados, necessitam recorrer às Unidades de Recursos Humanos de suas respectivas Secretarias ou Órgãos de lotação para a condução de seus processos. Nesse contexto, o Instituto tem empreendido esforços contínuos para fortalecer o diálogo e o relacionamento com essas unidades, com o objetivo de promover maior integração, padronização de procedimentos e celeridade no atendimento às demandas.

No primeiro trimestre de 2026, a DRI realizou 8.268 atendimentos, considerando as solicitações recebidas por meio de seus canais. Os dados detalhados encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Comparativo das demandas semestrais recebidas por canal

Canal	2025	2026
	2º sem	1º tri
Atendimento presencial	2.466	1.239
Ouvidoria	8	4
Telefônico	4.182	2.594
E-mail	5.747	4.419
E-SIC	19	12
TOTAL	12.422	8.268

Observa-se que, proporcionalmente, o volume de atendimentos no primeiro trimestre de 2026 manteve-se em patamar semelhante ao verificado no segundo semestre de 2025, cenário que pode ser explicado por fatores sazonais e operacionais, conforme detalhado a seguir.

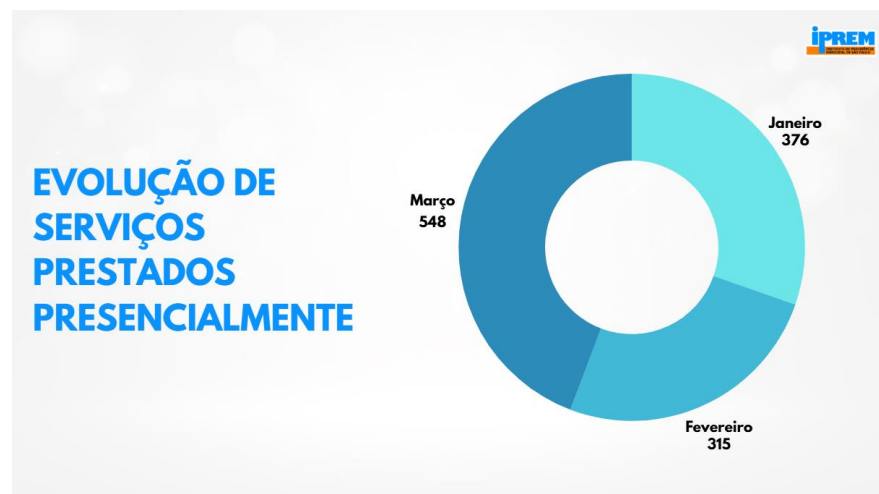
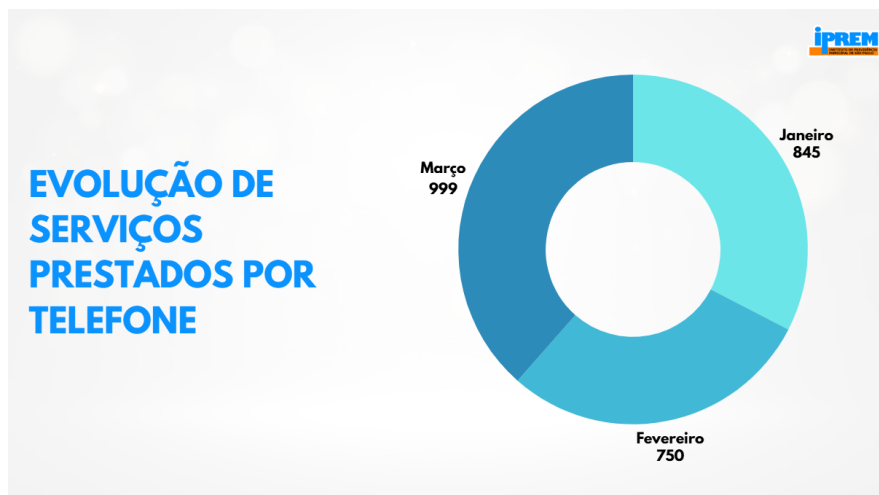
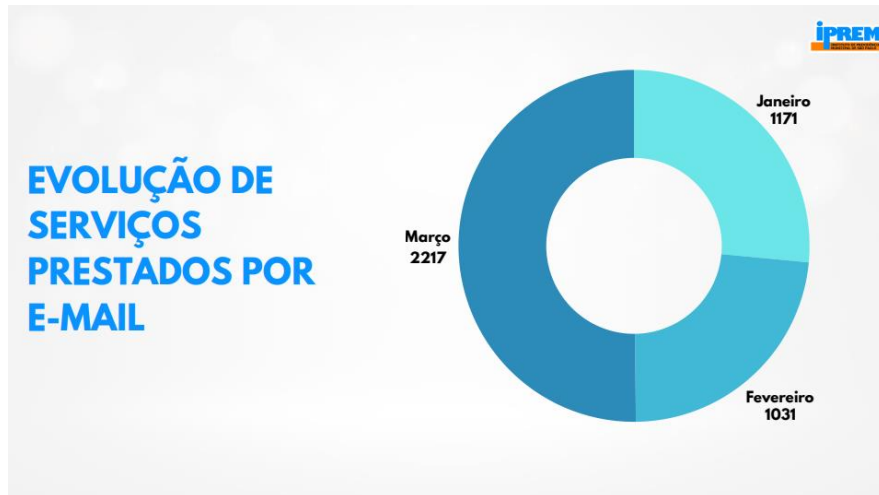


Historicamente, os atendimentos tendem a se intensificar nos primeiros meses do ano, com destaque para o mês de março, em razão de demandas relacionadas à declaração do Imposto de Renda e à antecipação do 13º salário. Embora os informes de rendimentos estejam disponíveis de forma digital no Portal do Servidor, uma parcela significativa dos pensionistas enfrenta dificuldades de acesso, o que resulta em elevado volume de solicitações de suporte, especialmente relacionadas à recuperação de dados de login, bem como pedidos de envio ou impressão dos documentos, em todos os canais de atendimento.

Ressalta-se, ainda, que, embora o IPREM não seja o órgão responsável pela emissão dos informes de rendimentos dos aposentados, há expressiva procura por parte desse público, motivada, em grande medida, pela identificação do nome do Instituto e dos Fundos previdenciários nos holerites, gerando a percepção de que o atendimento deve ser realizado diretamente pelo IPREM.

No que se refere à antecipação do 13º salário, em que pese o benefício possa ser solicitado ao longo de todo o exercício, existe uma concentração significativa de demandas nos primeiros meses do ano, contribuindo diretamente para o aumento do volume de atendimentos nesse período.

Por fim, destaca-se que o canal de e-mail permaneceu como o principal meio de atendimento, em razão de sua agilidade e praticidade. É um canal que favorece a continuidade da interação, sendo comum que, mesmo após a solução da demanda inicial, o pensionista apresente novas dúvidas ou solicitações complementares, contribuindo para a manutenção de elevados índices de utilização dessa modalidade.





Canal de Ouvidoria

Ao longo do 1º trimestre ocorreram apenas 04 (quatro) demandas via canal de ouvidoria, todas voltadas para área de Benefícios, sendo 3 (três) reclamações e 1 (um) elogio.

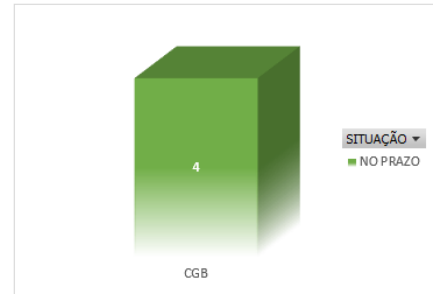
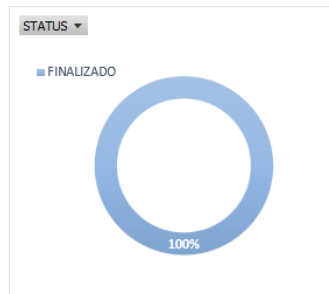
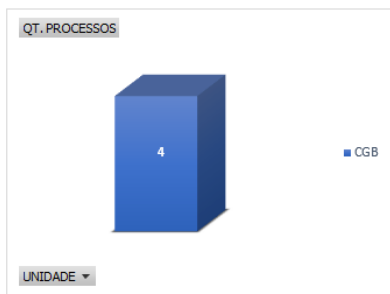
O tempo médio de resposta para as solicitações foi de 14 (quatorze) dias, isto é, abaixo do limite de 20 (vinte) dias estabelecido no artigo 19 do Decreto nº 58.426/2018.

Controle de Processos | **Painel Gerencial** | Base Processos | Visão Trimestre

UNIDADE	QT. PROCESSOS
CGB	4
Total Geral	4

STATUS	QTDE.
FINALIZADO	4
Total Geral	4

QTDE.	SITUAÇÃO	Total Geral
UNIDADE	NO PRAZO	
CGB	4	4
Total Geral	4	4



Obs: O cálculo de tempo médio só é realizado qdo preenche a data de resposta na planilha.

QTDE. TIPO DA DEMANDA	RECLAMAÇÃO	ELOGIOS	Total Geral
ÁREA			
CGB	3	1	4
Total Geral	3	1	4

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA	TIPO DE DEMAN	Total Geral	UNIDADE	TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA
ÁREA	RECLAMAÇÃO	ELOGIOS		
CGB	17,66666667	1	13,5	CGB
Total Geral	18	1	14	Total Geral



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta os principais temas de gestão do IPREM e será disponibilizado para acesso público por meio do site do Instituto.

Foi elaborado a partir da colaboração das diversas áreas responsáveis envolvidas, que enviaram as informações constantes no relatório.

Em cada um dos itens analisados foi apresentado um conjunto de informações que permitem concluir que a Governança do IPREM está alinhada às boas práticas de governança corporativa, consegue evidenciar e deixar transparente os principais objetivos do Instituto e busca atender de forma eficiente aos requisitos apresentados pelo Manual do Pró-Gestão RPPS.